



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ELISMARA FRANCIELLE SANTOS**

**A MALVINIZAÇÃO DO DISCURSO: O USO POLÍTICO DAS MALVINAS NA  
ERA KIRCHNER DA ARGENTINA**

**São Cristóvão**

**2021**

**Elismara Francielle Santos**

**A MALVINIZAÇÃO DO DISCURSO: O USO POLÍTICO DAS MALVINAS NA  
ERA KIRCHNER DA ARGENTINA**

**Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Departamento de  
Relações Internacionais da  
Universidade Federal de Sergipe como  
requisito parcial para a obtenção do  
título de Bacharel em Relações  
Internacionais.**

**Orientador: Prof. Me. Corival Alves  
do Carmo**

**São Cristóvão**

**2021**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

Elismara Francielle Santos

### **A MALVINIZAÇÃO DO DISCURSO: O USO POLÍTICO DAS MALVINAS NA ERA KIRCHNER DA ARGENTINA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
Relações Internacionais da Universidade  
Federal de Sergipe como requisito  
parcial para obtenção do grau de  
Bacharel em Relações Internacionais.

Banca examinadora:

Prof. Me. Corival Alves do Carmo – Orientador

---

Prof. Edson Tomaz de Aquino - Examinador

---

Prof. Geraldo Adriano Godoy de Campos - Examinador

---

São Cristóvão

“É possível conceber e explicar facilmente esse sentimento profundo e zeloso dos povos pela integridade de seu território, e que a usurpação de um único palmo de terra inquiete sua existência futura, como se nos arrebatassem um pedaço de nossa carne.”

**José Hernández**

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser sempre meu guia, pelo amor, cuidado e por aumentar a minha dose de paciência para concluir o curso.

À minha mãe Elisa, por ser a minha maior motivação todos os dias a querer ser e ter algo melhor para retribuir tudo que fez e continua fazendo por mim.

Ao meu namorado Gilmarkys, por ter sido companheiro, amigo e paciente em todos os momentos de altos e baixos durante a graduação.

À minha irmã Wannessa e a minha família materna por sempre se preocuparem, apoiarem e serem torcida constante em cada pequena conquista na minha vida.

Ao meu orientador Professor Me. Corival por ter paciência, por aceitar essa missão e sempre se preocupar com minha evolução nesse trabalho, que por mais que não seja o trabalho da vida, a atenção dada a ele torna-se dobrada. Até os e-mails quase sem paciência com os meus erros valeram a pena. Além disso, ressalto toda ajuda durante a graduação. Vida longa a você e com mais sabedoria. Muito Obrigada!

Aos professores do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe por todo conhecimento adquirido durante a graduação. A Contribuição de vocês é valiosa. Aproveito e agradeço a cada professor que passou no meu caminho e depositou em mim um pouco do seu conhecimento. Cada um de vocês fez a diferença! Desejo que um dia a profissão de vocês tenha o devido reconhecimento. Todo o meu respeito!

Aos meus amigos de longa data, toda torcida e carinho de sempre. Apesar da correria das nossas vidas.

Aos meus amigos que pude conhecer durante o intercâmbio na Argentina: Livia Canepa, Ariadna Gomez, Lúcia Sobral, Carla Ruzzo e, em especial, Eduardo Dondonis que além de um grande amigo, foi meu parceiro de conversas sobre reflexões referentes à Argentina. De fato, uma contribuição importante para o nascimento do meu trabalho.

A Luan Buriti, Thaynah Alves, Leonardo Ferreira e Irene Rodrigues, por dividirem comigo a dor e a delícia de se estudar Relações Internacionais. De colegas de graduação a amigos que carregarei no coração sempre independente da distância e ritmo de vida.

À alguns colegas de graduação, agradeço a parceria em cada ciclo e que a vida de vocês seja de sucesso.

“Lembro-me dos dias em que orei por coisas que tenho hoje.”

Enfim, acabou e alcancei o meu sonho de estudar esse curso independente da perspectiva do mercado de trabalho. Gratidão por tudo, mas graças a Deus acabou!

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

CESCEM	- Centro de Soldados Ex-combatentes nas Malvinas
CELAC	- Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
ESMA	- Escola Superior de Mecânica da Armada
EUA	- Estados Unidos da América
FMI	- Fundo Monetário Internacional
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
OEA	- Organização dos Estados Americanos
ONU	- Organização das Nações Unidas
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAMI	- Instituto Nacional de Serviços Sociais para Aposentados e Pensionistas
PIB	- Produto Interno Bruto
PJ	- Partido Justicialista
TIAR	- Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UCR	- União Cívica Radical
UNASUL	- União das Nações Sul-Americanas
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
YPF	- Yacimientos Petroliferos Fiscales
ZEE	- Zona Econômica Exclusiva

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 Malvinas na política da Argentina .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Das origens a posse inglesa em 1833 .....</b>	<b>15</b>
<b>1.2A atividade diplomática da Argentina de 1833 até a Guerra das Malvinas em 1982.....</b>	<b>21</b>
<b>1.3 Guerra das Malvinas em 1982 .....</b>	<b>31</b>
<b>1.4 Da redemocratização ao governo Fernando de la Rúa (1983-2001).....</b>	<b>35</b>
<b>2 Os Kirchners e o peronismo: projeto político (2003-2015).....</b>	<b>44</b>
<b>2.1 O cenário que antecede o governo de Néstor Kirchner .....</b>	<b>44</b>
<b>2.2 O governo de Néstor Kirchner (2003-2007) .....</b>	<b>45</b>
<b>2.3 Os governos de Cristina Fernandez de Kirchner (2007-2015).....</b>	<b>52</b>
<b>3 O uso das Malvinas no discurso político dos Kirchners .....</b>	<b>59</b>
<b>3.1 O uso das Malvinas durante o governo de Néstor Kirchner (2003-2007) .....</b>	<b>59</b>
<b>3.2 O uso das Malvinas durante os governos de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015).....</b>	<b>66</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>80</b>



## RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar o uso político do conflito das Malvinas na Argentina durante os governos kirchneristas – Néstor Kirchner e os dois mandatos presidenciais de Cristina Fernández de Kirchner. O propósito do trabalho se baseia em identificar e analisar em quais momentos o casal utilizava-se das Malvinas, um dos elementos que simboliza a construção da identidade argentina para a unidade nacional, em favor da sua legitimidade. O conflito das Malvinas ocorreu em 1982 entre Argentina e Reino Unido cuja motivação era justamente a disputa pela soberania das Ilhas Malvinas/Falklands. O kirchnerismo tomou um posicionamento mais incisivo, no âmbito externo, em organismos multilaterais, com relação à temática e constantemente contestou o *status quo* do país europeu com relação à área disputada e também buscou abrir diálogo com o mesmo. Em âmbito interno, o casal peronista de centro-esquerda buscou amplificar, em ações ou discursos, o sentimento nacionalista dos argentinos com relação às ilhas.

**Palavras-chave:** Malvinas, Kirchnerismo, uso político, Cristina Fernández de Kirchner, Néstor Kirchner.

## RESUMÉN

Este estudio tiene como objetivo analizar el uso político del conflicto de las Malvinas en Argentina durante los gobiernos kirchneristas: los dos períodos presidenciales de Néstor Kirchner y Cristina Fernández de Kirchner. El propósito del trabajo se basa en identificar y analizar cuándo la pareja usó las Malvinas, uno de los elementos que simboliza la construcción de la identidad argentina para la unidad nacional, a favor de su legitimidad. El conflicto de Malvinas ocurrió en 1982 entre Argentina y el Reino Unido, cuya motivación fue precisamente la disputa sobre la soberanía de las Islas Malvinas/Falklands. El kirchnerismo adoptó una postura más incisiva, externamente, en las organizaciones multilaterales, en relación con el tema y constantemente cuestionó el *status quo* del país europeo en relación con el área en disputa y también buscó abrir un diálogo con él. Internamente, la pareja peronista de centro izquierda buscó amplificar, en acciones o discursos, el sentimiento nacionalista de los argentinos en relación con las islas.

**Palabras-clave:** Malvinas, Kirchnerismo, uso político, Cristina Fernández de Kirchner, Néstor Kirchner.

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a disputa territorial entre Argentina e Grã-Bretanha originada em 1833, pela soberania das Ilhas Malvinas/Falkland passou por vários momentos, até chegar ao conflito direto em 1982. Após essa data, a soberania seguiu nas mãos dos britânicos e restou aos argentinos buscarem um canal de diálogo com os europeus na esperança de que por vias diplomáticas tal situação pudesse mudar. Nas palavras de Sánchez (2013), além de toda a controvérsia criada por conta do território, as Ilhas Malvinas passaram a ter um significado a mais para a identidade do povo argentino, indo além da soberania nacional.

Perochena (2016) afirma que a Guerra das Malvinas deixou marcas significativas na memória tanto individual quanto social do povo argentino. Isso porque, segundo Sánchez (2013) o símbolo da “nação” está presente nos discursos e na prática de políticos argentinos desde que a democracia retornou. A luta pela nação tornou-se assim um elemento pelo qual seria possível estabelecer uma unidade. Além disso, é importante salientar que, como descreve Biangardi (2012) com o conflito e suas consequências, a Questão Malvinas tornou-se política de Estado. No entanto, o tema adquire relevância diferente com o passar dos governos, sendo ora uma prioridade, ora um assunto de menor importância a depender de tais e tais fatores para angariar apoio popular em âmbito doméstico.

Embora a contradição aparente entre a politização das Malvinas por distintos governos argentinos de um lado e o seu caráter de política de Estado por outro, alterações nos discursos políticos sobre um mesmo tema, inclusive com a mentira, omissão ou enganação para fins políticos, não é anormal. A fim de analisar se e como os governos argentinos trabalharam a questão das Malvinas, este trabalho utiliza-se da perspectiva utilitarista de Mearsheimer (2012) no livro “Porque os líderes mentem: toda a verdade sobre as mentiras na política internacional”. Segundo o referido autor, os Estados não estão tão inclinados a mentirem entre si com tanta frequência, quanto tendem a mentir para o próprio povo. O autor relata que, por vezes, o Estado usa a mentira, a enganação ou até mesmo a omissão de algumas informações, em prol de algo que o mesmo julgue ser para um bem maior, “uma boa razão estratégica”. Ainda que, no cotidiano das pessoas, a mentira seja visto como algo de teor negativo, Mearsheimer afirma que para a política internacional, ela pode ser uma conduta “aceitável”.

De fato, os líderes por vezes pensam que têm o dever moral de mentir para proteger seus países. É claro que eles não mentem sempre quando o assunto é política externa, mas ocasionalmente dizem ou propositalmente sugerem coisas que eles sabem que não são verdadeiras. A população, no entanto, geralmente não os pune por suas enganações, a menos que elas conduzam a maus resultados. Parece claro

que os líderes e seus povos acreditam que a mentira é parte integrante das relações internacionais. (MEARSHEIMER, 2012, p.11)

Sendo assim, Mearsheimer (2012) entende que, em âmbito internacional, os Estados vivem num ambiente anárquico e a mentira pode servir como instrumento de sobrevivência. Já que nesse sistema, não há uma autoridade maior a qual o Estado possa recorrer quando se sentir ameaçado por outro. Ainda que os Estados não sejam entusiastas da mentira, é preciso fazer o que for para manter-se a salvo.

Por outro lado, na frente doméstica, Mearsheimer (2012) argumenta que existe hierarquia e no topo dela está o Estado. Por vezes, é a ele que os cidadãos recorrem no intuito de se protegerem e buscar soluções. Do Estado, portanto, é esperada a verdade. Dessa forma, o autor entende que se as pessoas tomam conhecimento que o Estado, representado na figura do líder, usou da mentira, especialmente no âmbito político, isso traria um abalo na vida interna de um país.

No entanto, ainda que na vida doméstica de um país a mentira seja menos aceita, ela acontece e, por vezes, vem a ser usada também intencionalmente para favorecer um grupo ou elite como as que estão próximas aos círculos de poder e até mesmo por motivos pessoais do próprio líder, sem alguma *raison d'état*, (Mearsheimer, 2012). Ironicamente, a mentira acaba acontecendo no ambiente em que ela é menos aceita.

Por isso, partindo desse pressuposto, é interessante trazer a abordagem de Mearsheimer sobre a mentira na política internacional, na política interna, para entender diante de quais cenários e situações a Questão das Malvinas tornava-se prioridade nas ações e discursos dos Kirchners. É importante esclarecer que a mentira para a temática das Malvinas não aparece no sentido de invalidar a história, a disputa ou o conflito, mas sim como ela é utilizada para como mecanismo de legitimidade do governo em detrimento de outras temáticas e momentos que venham causar ao contrário. A condução dessa temática se encaixa como um dos exemplos clássicos da visão de Mearsheimer, visto que serviu como instrumento político fomentando um mito nacionalista em torno do assunto.

Tendo em vista tudo isso, é interessante analisar a postura dos governos do casal Kirchner, os quais buscaram construir identidade própria fora das amarras do Partido Justicialista, do qual faziam parte, e contaram com elementos que os auxiliassem nesse processo. Sendo assim, para Perochena (2016) os governos da era Kirchner utilizaram a estratégia de uso político do passado para conseguir maior legitimidade política. A Controvérsia com relação às Malvinas foi decerto um grande exemplo dessa estratégia. Dessa

forma, o foco do trabalho é as Malvinas e a importância dela para o imaginário popular e o uso dessa informação pelos governos Kirchner.

Para aprofundar-se nessa análise, num primeiro momento, é necessário e interessante revisar todos os argumentos históricos e geográficos que alimentam a disputa entre ambos, o Reino Unido e a Argentina, principalmente desse último. Tarefa realizada no primeiro capítulo. Entretanto, a maior ênfase dada aos questionamentos feitos pelo país latino não significa que o intuito do trabalho é optar por qual Estado a soberania deve ser estabelecida, mas sim entender em que se baseia a posição e o sentimento dos argentinos com relação à área em disputa.

O segundo capítulo traz informações acerca dos governos de Néstor Kirchner (NK) e Cristina Fernández de Kirchner (CFK). Logo, ele permeia desde a ascensão da gestão de NK, como ele se legitima no poder, apesar do pouco capital político inicial até o fim do segundo mandato de CFK onde ela já se encontra com problemas na gestão envolvendo escândalos de corrupção, dificuldades em renegociar a dívida externa restante e forte oposição dos produtores agrícolas e dos meios de comunicação. Temáticas que vão impactando a gestão e a sua imagem perante a população.

No terceiro capítulo, o trabalho feito é buscar na lógica de Mearsheimer inserida no livro “Porque os líderes mentem: toda a verdade sobre as mentiras na política internacional” a relação entre a mentira como instrumento de governo ligado ao uso político das Malvinas na era Kirchner.

Com a ascensão do nacionalismo nos últimos dois séculos, numerosos grupos étnicos ou nacionais em todo o mundo criaram ou tentaram estabelecer seus próprios Estados, ou o que é comumente chamado de Estado-nação. Nesse processo, cada grupo criou seu próprio mito sagrado sobre o passado, que retrata esse grupo de forma favorável e apresenta grupos nacionais rivais sob um prisma negativo. (MEARSHEIMER, 2012, p.64)

Então, é importante entender que, trazendo a aplicação para o caso argentino, o grupo nacional seria o kirchnerismo, na figura do casal Kirchner. Sendo assim, diante do cenário que a Argentina se encontra em 2003: crise política, econômica e social, Néstor Kirchner e posteriormente, CFK vão se apresentar como uma ruptura do passado, “um prisma negativo”, daquilo que fez com que o país chegasse naquela situação. E, para a construção de tal imagem, eles não criam o “próprio mito sagrado sobre o passado”, mas sim trazem um elemento de relevância da história nacional para compor um dos pontos do governo.

Logo, para confrontar a ideia de Mearsheimer (2012) com os governos Kirchner, é essencial analisar e contrapor os discursos e atos feitos pelo casal Kirchner. Sendo assim, com o cruzamento dessas informações é possível estabelecer se, de fato, Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner lutaram pela causa das Malvinas frente ao Reino Unido buscando diálogo ou meios de aproximação com o mesmo. E, até mesmo entendendo se a controvérsia foi mais uma estratégia utilizada no campo discursivo ou de manutenção da imagem para trazer legitimidade aos governos de ambos. Sendo assim, os discursos selecionados são a partir de momentos marcantes para cada gestão como: ascensão, transição, conflito com o setor agrário, falecimento de Néstor Kirchner, além dos feriados comemorativos.

Por isso, a presente pesquisa é importante porque tem como objetivo buscar entender os fatores ou as variáveis que fazem com que o tema Malvinas seja usado internamente na política. Ademais, busca entender como o contexto interno torna propício o uso do discurso nacionalista com relação às Malvinas. Nesse sentido, entender de que forma o assunto quando aplicado aos discursos durante a era Kirchner, especialmente, ajudam na construção política interna dos governos nesse período. Aliado a isso e tendo em vista o teor nacionalista das gestões Kirchner, essa característica é relevante na hora de analisar o contexto e as ações. Além de entender como a dinâmica política interna pode vir a influenciar o comportamento do país frente às negociações com os britânicos.

Dessa forma, o presente trabalho busca analisar de que forma a questão das Malvinas/Falklands serviu como instrumento político para os governos Kirchner. Sendo assim, entender como um tema que faz parte da história nacional e envolve o sentimento nacionalista da população em relação à área reivindicada pode beneficiar um governo a manter-se legítimo perante o povo.

## 1 Malvinas na política da Argentina

As Ilhas Malvinas são um arquipélago formado por mais de duzentas ilhas, somando um total de mais de 12 mil Km<sup>2</sup>. (SILVA, 2016, p.34) Este mesmo território está situado no Atlântico Sul, ao leste da América do Sul, e foi o responsável pelo conflito direto entre Argentina e Reino Unido em 1982, além da disputa diplomática entre ambos que iniciou em 1833, com a ocupação britânica às terras perdurando até os dias atuais. Atualmente, as Malvinas possuem uma população com cerca de 2.600 habitantes, denominada *kelpers*, e sua economia tem como fontes principais: a pesca, o turismo, a agricultura, os hidrocarbonetos e o setor de negócios.<sup>1</sup> No entanto, além de informações pontuais sobre o local é preciso entender de onde se origina as razões para a disputa entre a Argentina e o Reino Unido. Por isso, é preciso entender a história que gira em torno desse território.

### 1.1 Das origens à posse inglesa em 1833

Na busca por novas terras para ampliar o seu comércio, Portugal e Espanha entraram em algumas controvérsias com relação aos territórios descobertos ou a descobrir. Por isso, um dos primeiros tratados estabelecido entre ambos os Estados foi em 1493, a Bula *Intercoetera*<sup>2</sup>, que dividia as terras por descobrir entre espanhóis e portugueses. O ponto de referência estabelecido foi o meridiano que estava situado 100 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde, que eram de pertencimento de Portugal e para a Espanha, as áreas localizadas a oeste.

Porém, a Bula estabelecida não foi de total satisfação para as partes e o tratado foi reformulado. Em 1494 o Tratado de Tordesilhas substituiu a Bula *Intercoetera* e agora a referência era uma linha divisória localizada a 370 léguas a oeste de Cabo Verde. Entretanto, não existiam apenas esses dois Estados, a exclusividade deles, na divisão incomodou outros mais e o acordo chegou a ser contestado no século XVI pela França. Fato que também explica a presença francesa nas ilhas posteriormente. De todo modo, as Ilhas Malvinas, antes mesmo de serem descobertas ficaram sob a soberania espanhola.

---

<sup>1</sup> Site do governo das Ilhas Falklands: <https://www.falklands.gov.fk/>

<sup>2</sup> Tendo em vista que, na época das grandes navegações a Tradição Medieval de que a Santa Sé tinha bastante influência em questões políticas, o Papa Alexandre VI foi quem estabeleceu legalmente essa divisão das terras para Espanha e Portugal que foi nomeada como Bula *Intercoetera*.

Uma consequência importante deste tratado é que, através dele, a concessão papal adquiriu o caráter de direito internacional positivo entre as duas coroas. No entanto, a situação foi complicada, uma vez que a atribuição à Espanha de direitos exclusivos supostamente fixos iria confrontá-lo com o resto do mundo na sua ânsia de sustentá-los. Portanto, a Espanha não considerou necessário manter uma ocupação efetiva para garantir a validade de seus direitos. No entanto, embora o princípio das bulas fosse aceito como um instrumento do direito internacional no final do século XV e parte do século XVI, a situação começara a mudar com a Reforma. Para ela, os príncipes não católicos não conheciam a autoridade papal, portanto, o monopólio espanhol-português sobre a América. Isso também coincidiu com o surgimento de potências navais como a Inglaterra e a Holanda. Assim, o Direito Marítimo Internacional desenvolveu-se como resultado da ruptura da unidade cristã sob a tutela do Papa em Roma. A partir desse momento, como argumenta Gustafson, "a soberania não era [mais] um atributo teológico, mas político". De agora em diante, foi concedido pelos monarcas e dependia do reconhecimento de outros monarcas. (CISNEROS e ESCUDÉ, 2000)

De acordo com Lopéz Zuluga (2015), antes do descobrimento da América, não há registros nessas ilhas de uma população aborígene. Essa área era apenas um local deserto pelo qual passavam viajantes que estavam navegando no Atlântico Sul. No entanto, com relação ao seu descobrimento, os autores trazem algumas versões. Silva (2016) afirma que em 1501 o primeiro registro de que o território teria sido visto foi feito através de Américo Vespúcio. Posteriormente, em 1520, outros relatos de que as ilhas foram avistadas veio da frota de Fernão de Magalhães, um português que estava a serviço da Espanha, e que com sua tropa chegou a algumas ilhas que estavam localizadas a 51° de latitude sul. Contudo, ainda de acordo com Silva (2016), os registros do descobrimento dessa extensão de terra para a versão da Espanha, tem a data de 1540, e ele teria sido feito por um de seus navios, o Incógnita da Marinha do bispo de Plascência.

Ademais desses relatos, Silva (2016) e Bróndolo (2013) convergem em relatarem que os ingleses também possuem os seus apontamentos acerca do descobrimento das ilhas que servirá de argumento para os ingleses, posteriormente, com relação à soberania do local. Para Valério e Hentz (2013) na versão favorável aos britânicos, o primeiro registro de que se tem ideia, data de 1592 através da frota em serviço ao Reino Unido pelo inglês John Davis.

Existem muitas hipóteses sobre o descobrimento das Ilhas Malvinas. Algumas delas se referem à localização da área por parte de Américo Vespúcio, Fernão de Magalhães, Pedro de Vera ou o português Alonso de Carvalho. Outras dão o crédito da descoberta aos ingleses John Davis e Richard Hawkins, todos eles marinheiros que haviam navegado próximo ao arquipélago por volta do século XVI e haviam deixado registro em diferentes documentos, da existência das ilhas. (BRÓNDOLO, 2013, p.22)



O registro que se sobressai com relação aos outros é o da Holanda, segundo Silva (2016). E, assim como a autora antes referenciada, López Zuluaga (2015) traz o registro holandês, com relação ao tema, que data o ano de 1600. Então, 90 anos após o registro holandês de descoberta, que segundo López Zuluaga, por conta de uma tempestade, o inglês John Strog chega até as ilhas, acaba realizando o primeiro desembarque no local e as denomina de Falklands Islands, em homenagem a um nobre escocês responsável pelo financiamento da expedição, o Visconde Falkland.

Em 1764 surge o nome no qual os argentinos acabaram adotando para se referirem ao local: Malvinas. Como elucidado anteriormente e de acordo com Ciccone (2012) a reforma protestante já tinha acontecido, e as bulas e tratados estabelecidos antes já não eram aceitos. Ao invés disso, existia a necessidade de colonizar, de se estabelecer no local para ter a soberania legitimada do mesmo. Portanto, essa também foi uma das razões que motivaram a França a chegar às terras. As visitas feitas pelos franceses aos territórios fizeram com que os mesmos batizassem o local como *Iles Malouines*. O nome deriva de *Malouines* que, segundo Zuluaga (2015), foi o nome inicial dado ao local pelos exploradores da Companhia de Pesca do Mar do Sul, da França, para homenagear a terra natal deles que se chamava Saint Malo. A exploração de pesca nas ilhas iniciou em 1689, mas os primeiros colonos na região chegaram ao território somente em 1764 na frota do francês Bougainville.

No entanto, o ato da França em chegar a se estabelecer no local causou desconforto à Espanha. Por isso, os espanhóis contestaram a presença francesa na região sob o argumento de que a área se tratava de um espaço de domínio espanhol. Então, após negociações diplomáticas entre os dois países, um tratado foi firmado em 1767 e a França entregou o território.<sup>3</sup> Depois de um tempo, o governo espanhol tratou de se estabelecer nas ilhas e nomeou um governador local. Silva (2016) afirma que entre a saída da França e o estabelecimento espanhol, os ingleses também estiveram na região. O texto de Ciccone (2012) reforça tal fato explicando que em 1765, o inglês John Byron aportou nas ilhas declarando-as serem pertencentes à Inglaterra e fundaram Port Egmont (Ilha da Trinidad) e no ano seguinte estabeleceram uma colônia no local. Então, quando o rei da Espanha, Carlos III toma

---

<sup>3</sup> De acordo com Brøndolo (2013) a contestação feita por parte da Espanha com relação à presença francesa na região foi com base nos tratados ultramarinos do século XV entre Portugal e Espanha. Entretanto, para que a França entregasse os territórios foi necessário, após negociações diplomáticas, um tratado entre ambos onde os franceses cederiam o local mediante um pagamento de £618.000 por parte dos espanhóis em virtude dos gastos com a empresa colonial ali estabelecida por aqueles.

conhecimento da presença inglesa na região, exige a retirada destes do local. Posteriormente, com alguns enfrentamentos entre ambos, os ingleses retiram-se da ilha em 1774.<sup>4</sup>

Além disso, de acordo com Biangardi Delgado (2011) e Ciccone (2012) em 1790 foi assinado um acordo entre Espanha e Inglaterra que garantia a não interferência inglesa na região, a Convenção de São Lourenço ou *Nootka Sound Convention*.<sup>5</sup> Tal tratado, no que diz Cañardo (2017) previa a proibição dos ingleses navegar e pescar nos mares do sul a menos de dez léguas da costa de nenhuma área dominada pela Espanha. Estes respectivos territórios correspondiam ao lado ocidental e oriental da América do Sul e as “ilhas adjacentes” também ocupadas pelos espanhóis. Seria então nessa categoria que se encaixaria a região das Malvinas.

Entretanto, o quadro político das colônias espanholas na América Latina passou a enfrentar problemas. Isso significa que uma série de revoltas populares se desencadeou no território. Para Coggiola (2012) essas revoltas que estavam acontecendo na região já representavam um desgaste do império espanhol. Com isso, tornou-se propício às investidas dos ingleses na América do Sul. O autor elenca dois momentos em que isso ocorre: em 1806 e 1807, o primeiro, encabeçado pelo comandante Beresford e o segundo tendo à frente o general Whitelocke, ambos sem sucesso. Coggiola ainda afirma que tais ações não foram bem sucedidas graças à resistência da população.

Por conta das revoltas populares que já vinham ocorrendo no continente sul-americano, o governador de Montevideu ordenou a retirada das forças militares que assistiram na ilha para se concentrarem no continente no ano de 1811. Essa ação acabou representando mais uma evacuação da ilha por parte dos espanhóis, mas antes de saírem uma placa foi deixada no local informando que ali era de posse da coroa espanhola. Nos anos seguintes, as ilhas não receberam moradores, apenas embarcações em busca de realizar a pesca na região.

---

<sup>4</sup> De acordo com Cisneros e Escudé, et al, (2000) e Ciccone (2012) em 1770 um acordo foi estabelecido entre ambas as partes no qual os Estados concordavam em retomar o status estabelecido antes daquele ano. Ainda baseado nos autores, não existem registros por parte dos britânicos desse acordo, mas a saída dos ingleses da região favoreceu o estabelecimento espanhol no local.

<sup>5</sup> Inglaterra e Espanha passavam por disputas com relação á territórios referentes ao atual Canadá. Ambos os países haviam se estabelecido na região de Nootka Sound (próximo á ilha de Vancouver). Cisneros e Escudé, el al, (2000) ainda explanam que após negociações diplomáticas, a Espanha precisou fazer algumas concessões, mas um dos pontos do tratado foi justamente onde a Inglaterra poderia realizar suas atividades de pesca e navegação.

No século XIX, o processo de independência na América Latina tornou-se uma realidade e as anteriores colônias espanholas agora passam a serem países. A Argentina foi um desses, alcançou sua independência e tornou-se Estado, além de herdar da Espanha alguns territórios anteriormente ocupados por ela, como as Malvinas.<sup>6</sup> Em 1820, a Argentina envia o comandante David Jewett às ilhas para tomar posse formalmente e logo depois nomeia o governador, capitão Pablo Areguati. Em 1825, a Inglaterra reconhece a independência da Argentina e de acordo com Zuluaga, sem nenhuma contestação com relação às Malvinas.

No entanto, o interesse inglês pela região não ficou no século anterior. Tais intenções, tanto inglesa quanto, agora norte-americana ficaram ainda mais forte quando Luis Vernet foi nomeado por parte da Argentina para estar à frente das questões política e militar das Ilhas Malvinas. Foi assim que Vernet passou a buscar estimular a economia local selando acordos até mesmo com os Estados Unidos e a Inglaterra facilitando ainda mais o interesse destes pela região. Sob a vigilância de Vernet, a pesca, atividade economicamente atrativa na área, era permitida, contanto que fosse feita da maneira correta.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo, que o governo argentino nomeou Vernet, nas Ilhas Britânicas, outros ingleses começaram a se interessar novamente pelas Malvinas. Segundo Ferns, em julho de 1829, um cidadão inglês chamado Beckington enviou uma carta ao primeiro-ministro, lorde Aberdeen. Nele pediu ao governo de Sua Majestade que estabelecesse uma colônia nas ilhas (17). Aos argumentos estratégicos tradicionais foram acrescentados outros (18). Mais uma vez, a grande importância desses "para fortalecer o poder naval britânico" foi apontada. Além disso, eles "ofereceram uma base que eliminaria as atividades de corsários e piratas". Finalmente, "facilitaria a pesca da baleia". (CISNEROS e ESCUDÉ, 2000).

Desse momento em diante, o interesse britânico com relação às ilhas só aumentou da mesma forma que a exploração das baleias também. A Inglaterra, na figura do cônsul Parish chegou a reconhecer diante de Buenos Aires a importância do território para os ingleses. Tanto em termos estratégicos, com relação ao tráfego, quanto econômicos, por conta da exploração baleeira foram motivos suficientes para os britânicos voltarem a ocupar as Ilhas Malvinas, segundo Silva (2016).

A atividade pesqueira das focas aumentou na região, tanto por parte dos ingleses quanto os norte-americanos. Vernet, que de acordo com a Argentina era o único autorizado a

---

<sup>6</sup> Com base no *uti possidetis*, princípio do direito internacional referente a disputas territoriais com relação à soberania, a mesma é definida de acordo com os antigos limites administrativos coloniais. Dessa forma, possibilita quem poderá exercer o poder político e militar na área em questão.

realizar tal atividade na área, também teve a responsabilidade de tentar regularizar e diminuir a exploração no local. Cisneros e Escudé, et al. (2000) afirma que devido ao nível de exploração das atividades na área, Vernet passou a proibir as atividades na região e informou tal decisão aos navios responsáveis por isso. Junto a isso, alertando ainda a possibilidade deles serem aprisionados e levados a Buenos Aires para julgamento caso descumprissem o aviso. Segundo Silva (2016) a pesca exploratória não diminuiu e chegou ao ponto de duas embarcações com origem dos Estados Unidos serem apreendidas nas ilhas e serem levadas até Buenos Aires, um terceiro barco conseguiu fugir e avisar ao comandante, Benjamin Cooper.

Por isso, Benjamin Cooper enviou o capitão Silas Duncan para uma operação que acabou destruindo todas as instalações locais da Argentina. O presidente norte-americano apoiou a ação de Duncan, mas ainda nas palavras de Silva, eles não tinham interesse em tomar posse do território e ainda tratou esse como uma possessão dos ingleses no momento em que a chamou de Falklands. Além disso, o representante diplomático dos Estados Unidos entrou em contato com o representante britânico, ambos na Argentina, informando estar disposto a reconhecer a soberania britânica na ilha e o direito de livre pesca na área. Tal fato marca um abalo nas relações entre a Argentina e os Estados Unidos.

Em 1832 a Inglaterra, já consolidada como potência hegemônica, envia um almirante para tomar posse das terras em nome da coroa britânica. Essa ação foi facilitada pelo fato de, além dos Estados Unidos terem dado respaldo, a comunidade internacional não reconheceu a soberania argentina com relação às ilhas.<sup>7</sup> Em janeiro de 1833 o comandante Onslow chega até ilha Soledad e avisa ao então governador local, Piñedo que o território era agora de possessão britânica. Piñedo foi obrigado a permitir esse ato e se retirar das ilhas. A partir do mesmo ano, os protestos argentinos com relação à tomada das ilhas por parte dos ingleses começaram e a via diplomática foi a opção que restou aos argentinos. Coggiola (2012) considera ainda que a volta dos ingleses ao território das Malvinas foi mais uma tentativa dos europeus em se estabelecerem na região.

---

<sup>7</sup> Tendo em vista que a comunidade internacional não ter reconhecido a soberania argentina com relação às ilhas, para os ingleses, o local estava como um território *res nullius* (sem proprietário) desde que eles deixaram a ilha anteriormente.

## **1.2A atividade diplomática da Argentina de 1833 até a Guerra das Malvinas em 1982**

Entre 1833 até 1982 a Argentina passou a reivindicar a posse das Ilhas Malvinas através do âmbito diplomático. As tentativas ocorreram através de negociações bilaterais, comunicados ou declarações e nos organismos multilaterais como a ONU. Segundo López Zuluaga (2015) e Biangardi Delgado (2011) no mesmo ano da posse do território por parte dos ingleses, a Argentina já redige um protesto para ser apresentado a Inglaterra baseado de acordo com o Direito Internacional buscando demonstrar as violações cometidas por parte dos europeus.

Segundo o autor, “Em 14 de fevereiro de 1833, o Ministro Plenipotenciário Miguel Moreno apresenta um enérgico protesto diante do governo britânico. A partir daí, iniciou-se uma ininterrupta sucessão de notas que não foram respondidas pelo governo inglês. (ZULUAGA, 2015, p.58 e 59)” Dessa forma, o posicionamento inicial de ambos os países fica claro. Primeiro, a Argentina que não aceita a posse das terras por parte dos ingleses e deixa claro diante do âmbito internacional a sua insatisfação com o ocorrido. Segundo, a Inglaterra que não responde aos protestos argentinos e quando o faz, os ingleses seguem reafirmando sua soberania nas ilhas.

Até a criação de foros multilaterais como a OEA (Organização dos Estados Americanos) e a ONU (Organização das Nações Unidas) no século XX, as tentativas de negociações e protestos por parte da Argentina eram feitos através de atos unilaterais e de forma bilateral, como visto anteriormente. Com essas organizações, os argentinos viram um espaço onde sua reivindicação pudesse ser validada e, talvez, eles terem o apoio da comunidade internacional ou até mesmo da própria organização. Nas palavras de Bróndolo (2013) ele ainda afirma que o Movimento dos Países não-Alinhados também foi um dos espaços do qual a Argentina se utilizou para reclamar as Malvinas.

Segundo López Zuluaga (2015) de acordo com os preceitos estabelecidos no âmbito de tais foros multilaterais, é em organizações como o Movimento dos países Não-alinhados que os pleitos da Argentina ganham respaldo.<sup>8</sup> O autor ainda afirma que a questão das

---

<sup>8</sup> Segundo o texto de López Zuluaga (2015) Com o fim da Segunda Guerra Mundial, dois processos de importância para a ordem mundial ocorrem: o fim dos impérios coloniais e o início da bipolaridade entre Estados

Malvinas em favor dos argentinos teve apoio em todas as conferências dos Não-Alinhados. E, apesar de Bróndolo (2013), afirmar que a eficácia da OEA e dos Não-Alinhados não se compara a da ONU, porque a Inglaterra não faz parte de ambos os organismos e ainda esse país tem influência sobre alguns dos países membros, o apoio foi importante para que o tema fosse discutido na Organização das Nações Unidas.

No âmbito da ONU até o ano de 1982, duas resoluções foram destaques para que a questão das Malvinas fosse debatida. Eram elas: a Resolução 1514(XV) e a 2065 (XX). A primeira tratou sobre uma declaração com relação a dar a independência para os países e os povos coloniais e a segunda foi feita especificamente para tratar sobre o tema Malvinas, tendo em vista toda a dificuldade que os argentinos tinham de colocar o assunto em negociação com a Inglaterra.

Ao ser inaugurado o primeiro período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, a Argentina apresentou sua primeira reclamação. A partir de então, as reservas seriam permanentes. Desde um começo, a situação parecia estancada, dado que a Grã-Bretanha não reconhecia a posição argentina, o que levava a um círculo sem fim. (BRÓNDOLO, 2013, p.36, tradução nossa)

Em 1960, a questão sobre países e povos coloniais, passa a permear a ONU, justamente porque naquele momento a luta pela independência dos países africanos tinha se intensificado. A discussão sobre a temática era necessária tendo em vista todo o confronto pelo qual os países passavam para obter sua independência política. Com isso, a resolução 1514 (XV) no seu XV período de sessão da Assembleia Geral da ONU é aprovada. Essa resolução previa a concessão de independência a países e povos coloniais.

Diante de tal resolução a Argentina encontrou uma oportunidade para levantar o assunto das Malvinas. Dessa forma, a região das ilhas seria colocada como uma área que foi submetida à colonização inglesa e a integridade territorial com relação à Argentina deveriam ser respeitadas. Porém, a aplicação das ilhas Malvinas nessa resolução poderia ter um desfecho não desejado para os argentinos. Segundo Biangardi Delgado (2011), ao aplicar a resolução ali, o resultado poderia ser a concessão da independência política das ilhas e para a

---

Unidos e União Soviética. Tendo em vista isso, países na Ásia e África passaram por processos de independência política justamente por não ter mais a presença de potências europeias na região. No entanto, para não saírem de uma dominação política para outra no cenário bilateral que se previa, os países do Terceiro Mundo tentam formar um bloco no qual eles sejam defendidos desse novo formato internacional. Tal movimento desencadeia os Países Não-Alinhados. Além disso, apesar da OEA ser uma organização fundada em 1889, Cisneros e Escudé, et al, (2000) afirmam que após a Segunda Guerra Mundial, a OEA passa a adquirir formas mais definidas e concretas.

Argentina isso não seria interessante. Outro problema nisso seria o princípio da autodeterminação dos povos que está incluso na resolução. Em contrapartida, Cisneros e Escudé, et al. (2000) afirmam que durante uma das sessões da Assembleia Geral da ONU, um representante da delegação argentina utilizou um contra-argumento com relação à autodeterminação, “O princípio da autodeterminação não poderia ser aplicado aqui, uma vez que colocaria o destino desses territórios nas mãos de um grupo limitado de colonos do Poder que foi ali instalado pela força, violando o direito internacional. (CARI I, 107 Doc. A / PV.1149 apud CISNEROS e ESCUDÉ, 2000) ”

Por isso, o tipo de colonização feita nas Malvinas precisaria ser classificado de forma diferente das outras. Na visão argentina, por ter uma população que não era “originária” das ilhas, o princípio de integridade territorial deveria prevalecer sobre o de autodeterminação. E, ainda que, nos argumentos ingleses, o caso Malvinas se tratasse de uma disputa territorial e não colonial, como afirmam Valério e Hentz (2013), um Comitê Especial foi encarregado para analisar o caso.

Assim, diferente do quadro que se apresentava até 1964, de tratamento leve no âmbito da ONU, e a negativa de negociação por parte do Reino Unido no âmbito bilateral, em 1965, a resolução 2065 (XX) foi aprovada. Segundo as informações trazidas por Bróndolo (2013) a votação para a aprovação foi favorável à Argentina. Graças ao apoio que o país alcançou na da organização, dentre eles, os países latinos, a Argentina aprova a primeira resolução específica para a problemática das Malvinas, a 2065 (XX). A seguir:

2065 (XX) Questão das Ilhas Malvinas  
A Assembleia Geral,  
*Tendo* examinado a questão das Ilhas Malvinas,  
*Levando em conta* os capítulos dos relatórios da Comissão Especial nesta situação com consideração à Implementação da Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais referindo-se às Ilhas Malvinas, e em particular a conclusão e recomendações adotadas pelo Comitê com referencia a este Território,  
*Considerando* que a Resolução 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960 foi motivada pelo objetivo desejado de trazer a um fim em todo lugares o colonialismo em todas suas formas, o que seria o caso das Ilhas Malvinas,  
*Notando* a existência de uma disputa entre os Governos da Argentina e do Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte a respeito da soberania das ilhas citadas,  
1. *Convida* os Governos da Argentina e do Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte a procederem sem atraso com as negociações recomendadas pelo Comitê Especial nesta Situação com consideração à Implementação da Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais com a visão de encontrar uma solução pacífica para o problema, tendo em mente as disposições e objetivos da Carta das Nações Unidas e da Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral e o interesse da população das Ilhas Malvinas;

2. *Solicita* aos dois Governos a reportarem ao Comitê Especial e à Assembleia Geral em sua vigésima primeira seção sobre o resultado das negociações. 1398ª Reunião Plenária, 16 de dezembro de 1965. (THE UNITED NATIONS, 1965)

Dessa forma, foi possível que a Argentina pudesse ter o tema sendo debatido diante da comunidade internacional. Ainda que ambos os países seguissem divergindo com relação aos seus argumentos: A Inglaterra se valendo da autodeterminação dos povos e a Argentina da Integridade Territorial. Tendo em vista todo esforço argentino desde 1833, essa resolução da ONU poderia ser considerada uma vitória. Tal fato, em política exterior, somou-se como algo positivo para o governo de Arturo Illia (1963-1966).

O Radicalismo participou nos foros mundiais a favor de relações mundiais mais equitativas, criticou as práticas do *apartheid*, e a diplomacia radical atuou e se mostrou eficiente nas questões de limites e as controvérsias sobre a soberania. O tema das Malvinas foi considerado no Comitê Especial da ONU para o Seguimento dos Processos de Descolonização e na XX Assembleia das Nações Unidas foi aprovada a Resolução 2065 que reconhecia a questão como uma situação colonial e convidava os governos da Argentina e o Reino Unido a buscar uma saída negociada de forma pacífica. (GOSENDE, 2007, p.87)

Entre 11 e 14 de janeiro de 1966 realizaram-se conversações entre a Argentina e o Reino Unido. De acordo com Biangardi Delgado (2011) desses diálogos surgiu o Comunicado conjunto denominado “Zavala Ortiz-Stewart”. Tal documento versava basicamente sobre o seguimento das negociações baseadas na resolução 2065 da ONU no intuito de chegarem a uma solução pacífica em nome das relações entre os países. Nesse mesmo ano, no mês de setembro, ocorreu a Operação Condor. Segundo Maffeo (2002) um grupo de argentinos sequestrou um voo da empresa Aerolíneas Argentinas que tinha como destino Río Gallegos. Tal grupo fez com que o voo mudasse a rota e se dirigisse as ilhas. No texto de Delgado, ele traz ainda a informação que na Argentina tal ato teve apoio popular. No entanto, a ação do grupo não impediu o prosseguimento das negociações. Apenas reforçou o patrulhamento na área.

Após o incidente envolvendo os jovens, entre a Argentina e Inglaterra passaram-se dois anos de negociações. No que afirma Biangardi Delgado (2011) e Bróndolo (2013) além de dar um caráter sigiloso às negociações ainda em 1966, as relações entre as partes se intensificaram. O resultado disso foi a elaboração do Memorando de Entendimento, em 1968. O memorando era um documento que aos olhos dos argentinos, de acordo com Bróndolo parecia ser um reconhecimento de sua soberania sobre as ilhas por parte dos ingleses. De



acordo com o documento, esse reconhecimento seria feito mediante certas garantias que permitiriam assegurar os interesses dos habitantes locais.

No entanto, o documento não foi divulgado e oficializado e o que parecia ser um desfecho satisfatório para os argentinos teve um resultado inverso.

A informação secreta vazou e um grupo de habitantes membros não oficiais do Conselho Executivo das ilhas publicaram uma carta aberta ao Parlamento Britânico, onde solicitavam ajuda urgente devido à ação que secretamente era realizada a respeito da soberania das ilhas, sem ter em conta os desejos dos habitantes. (BRÓNDOLO, 2013, p.44)

Tal acontecimento gerou polêmica, principalmente no lado britânico e os resultados das negociações para os argentinos não foram o esperado. Segundo Maffeo (2002) o Parlamento britânico acabou rejeitando o memorando elaborado e ainda declarou que o país só cederia a soberania sobre a região das ilhas na condição de respeitar o desejo dos *kelpers*.<sup>9</sup> Então, Bróndolo (2013) afirma que, internamente, na Inglaterra, setores como os conservadores e a própria imprensa realizaram uma série de ações que também contribuíram para o cancelamento do prosseguimento de finalização do documento.

Depois dos últimos acontecimentos, Cisneros e Escudé, et al. (2000) dizem que apesar de o contato entre a Argentina e Inglaterra ter diminuído significativamente entre 1968 e 1971, em 1969 ambos os lados chegaram ao consenso em querer melhorar a comunicação entre as ilhas e o continente. Portanto, em 1970 as reuniões com esse objetivo começam em Londres e Buenos Aires perpassando até 1971 onde alguns acordos foram assinados. Com a presença de habitantes, em julho daquele ano, ambos os governos assinaram uma Declaração Conjunta<sup>10</sup> onde basicamente era facilitado o movimento de pessoas e bens entre as ilhas e o continente.

Desde o fim dos anos sessenta, o Estado argentino se propôs construir laços que propiciassem um contato fluido com a comunidade *kelper*, colocando à sua disposição direitos e serviços que, pouco a pouco, geraram uma mudança na visão da população insular sobre a Argentina. Por isso, a partir de 1969 – porém, com maior ênfase depois de 1971 –, foram dados os primeiros passos para o estabelecimento de comunicações diretas entre o continente e o arquipélago: linhas marítimas e aéreas, incorporação de professores de espanhol à educação dos habitantes das ilhas, acesso dos habitantes insulares às instituições educacionais da Argentina, visitas de barcos turísticos, ampliação das facilidades do único aeroporto, abastecimento de combustível (com a instalação da YPF na Ilha), entre outras

---

<sup>9</sup> Termo usado para denominar as pessoas que moram nas Ilhas Malvinas.

<sup>10</sup> Declaração Conjunta argentino-britânica.

facilidades hospitalares para melhorar suas condições de vida, demonstrando-lhes, assim, os benefícios de fazer parte de um Estado localizado a menos de treze mil quilômetros de distância. (CICCONE, 2012, p.104)

Tais acordos, segundo Santos (2016) estavam dentro dos “instrumentos” utilizados estrategicamente pelos argentinos para satisfazer os “interesses” dos malvinenses participantes da negociação. Além disso, existia a expectativa por parte do governo argentino de que isso pudesse estimular a curiosidade da população malvinense para com a cultura, política e economia argentina. Dessa forma, estreitando laços e gerando confiança para que isso acrescentasse de forma positiva nas negociações para o lado argentino. No entanto, apesar de as intenções e tentativas por parte da Argentina em querer aproximar-se dos habitantes das ilhas, a posição inglesa com relação ao território não mudou.

Enquanto a Argentina encarava todo o processo como negociação, a Inglaterra via como conversações sobre questões pontuais e sem entrar no tema da soberania do local. Como afirma Santos (2016) os enfoques de cooperação que fora obtido anteriormente foram reduzidos a um status de morosidade das negociações.

Em relação às negociações realizadas no período de 1968 a 1973, o argentino Quellet aponta que a Grã-Bretanha tentou transformar as negociações em conversas, para não abordar a questão central: a soberania. Ao mesmo tempo, outros apontam que, dada a divergência de objetivos - a ansiedade argentina de lidar com a questão da soberania e a recusa britânica de continuar as conversações políticas sobre o tema -, em 1972 foi alcançada uma clara situação de impasse (15). (CISNEROS e ESCUDÉ, et al. 2000)

Tal percepção por parte dos argentinos pode ser explicada pela declaração feita pelo presidente eleito em seu discurso de posse no ano de 1973. De acordo com Bróndolo (2013), além de afirmar seu interesse em recuperar o território das Malvinas, Héctor Cámpora (1973) disse que os britânicos estariam adiando as negociações sobre as Malvinas e as atividades de exploração na área das ilhas. Para Valério e Hentz (2013) a Assembleia Geral da ONU mostrou-se preocupada por considerar que nos últimos oito anos, as negociações sobre o tema não tiveram significativos avanços. Por isso, uma nova resolução na ONU foi criada, a 3160(XXVIII). Essa resolução tratava justamente de convidar a ambas as partes darem prosseguimento das negociações entre os países sobre a soberania das Malvinas.

Apesar da declaração de Cámpora, as negociações com respeito à comunicação entre continente e ilhas tiveram prosseguimento. No ano de 1974, o ministro das relações exteriores da Argentina mostrou uma postura mais firme com relação ao tema da soberania das ilhas. De

acordo com Cisneros e Escudé, et al. (2000) o ministro Alberto J. Vignes declarou que ao menos que o processo de negociação sobre a transferência de soberania das Malvinas se acelerasse, a política amigável fornecida da Argentina mudaria. Ainda de acordo com os autores, a resposta do governo britânico foi uma proposta de “condomínio” da área.

Em junho de 1974 se concretizaram reuniões chaves entre ambos os governos. Pela primeira vez se falou de co-soberania, um novo cenário proposto pelo governo britânico em um documento entregue ao ministro Vignes. O documento manifestava a intenção do governo britânico de resolver a disputa entre ambos os países sobre a base de um “condomínio”, o que favoreceria o desenvolvimento dos ilhéus conforme seus interesses. Esta situação de co-soberania se sustentaria em uma série de pontos centrais: ambas as bandeiras se agitariam juntas, o espanhol e o inglês seriam os idiomas oficiais, se estabelecería uma dupla nacionalidade para os ilhéus e o governador seria eleito alternativamente pelo presidente argentino e a rainha. Sobre esses elementos básicos, o governo britânico aceitava, em forma oficial e preliminar, iniciar as conversações em Buenos Aires. (BRÓNDOLO, 2013, p.46)

Cisneros e Escudé, et al. (2000) e Bróndolo (2013) afirmam que a resposta do governo argentino foi uma contraproposta que coincidia em muitos pontos dos quais havia apresentado a Grã-Bretanha. E então, as conversas sobre o tema e o desenvolvimento do mesmo passaram para o status de confidencial. No entanto, ainda em 1974, o então presidente Juan Domingo Perón faleceu. Para o lado argentino, tal fato acabou enfraquecendo o prosseguimento da proposta. No lado britânico, o status confidencial das conversas, sem a participação dos ilhéus fez com que a proposta fosse barrada pelo parlamento levando o governo a anunciar que o processo não seguiria.

De acordo com Cisneros e Escudé, et al. (2000), o Reino Unido, desde 1969 já desconfiava da existência de petróleo nas Ilhas Malvinas. No entanto, para evitar alguma tensão nas relações com a Argentina decidiu não fazer nada a respeito naquele momento. Porém, nos primeiros anos da década de 70, os britânicos então resolveram realizar estudos na área e em meados da mesma década eles confirmam a possível presença de petróleo na região. Tais atividades geraram dois efeitos: o interesse em exploração de petróleo na área por empresas estrangeiras e o repúdio por parte da Argentina.

Como ato de provocação foi considerado na Argentina a decisão do Reino Unido, anunciada em 1975, de promover o levantamento do potencial econômico das ilhas, objeto de uma missão coordenada pelo lorde Shackleton, que produziria um relatório em meados da década de setenta. A iniciativa violaria uma regra tácita que ambos os países se haviam comprometido a observar: a obrigação de não inovar, ou seja, a de não gerar alteração no *status quo* do território enquanto as partes não definissem um *modus vivendi* mutuamente aceitável. (SANTOS, 2016, p.133)

Em março de 1975, o governo argentino já havia se manifestado com relação às atitudes da Grã-Bretanha através de um comunicado à imprensa. Segundo Cisneros e Escudé, et al. (2000), a Argentina não reconheceu o exercício de quaisquer direitos em realizar atividades de exploração nas ilhas. Entretanto, isso não impediu que posteriormente a ida da missão fosse autorizada. Por isso, o envio da missão britânica coordenada pelo lorde Shackleton foi considerado um ato de provocação para a Argentina.

Posteriormente, ainda em 1975, algumas tentativas de diálogo entre as partes foram feitas. No lado britânico, o intuito era discutir questões de ordem econômica para complementar os acordos celebrados entre 1971 e 1974. Já o lado argentino tinha a condição de aceitar discutir questões de ordem econômica se o tema da soberania também fosse pauta. O impasse entre os países chegou até 1976 quando houve a ruptura unilateral das negociações por parte dos ingleses, como discute Cisneros e Escudé, et al. (2000).

Apesar da oposição argentina, o Reino Unido enviou uma missão comercial às ilhas, encabeçada pelo Lord Shackleton, chegando a três de janeiro de 1976 (como esse dia era o mesmo em que havia ocorrido a ocupação britânica de 1833, Argentina expressou considerar que o Reino Unido rompeu unilateralmente as negociações, ficando as negociações congeladas. Em 16 de janeiro, o Comitê Jurídico Interamericano da OEA se posicionou no mesmo sentido que o governo argentino). (MAFFEO, 2002, p.6)

O ápice da crise foi o incidente ocorrido em fevereiro do ano de 1976. Segundo, Cisneros e Escudé, et al. (2000) tudo começou quando uma embarcação argentina denominada *ARA Almirante Storni* decide parar um navio britânico denominado *RSS Shackleton* numa distância de 78 milhas ao sul de Stanley Harbour. O argumento apresentado pelos argentinos foi de que o navio estava sob jurisdição argentina. Ainda assim, a outra embarcação não parou e seguiu a rota até Porto Stanley. Apesar do incidente, a posição do governo britânico foi de evitar o conflito com os argentinos e ambos concordaram em retomar as conversações.

Dessa forma, Bróndolo (2013) afirma que a temática seguiu sendo desenvolvida em âmbito bilateral. A proposta do lado argentino foi de passar progressivamente a soberania das ilhas, da Inglaterra para a Argentina. Já o governo britânico seguiu com a proposta de cooperação econômica. Ainda de acordo com o autor, a postura britânica estava baseada no relatório da missão Shackleton que chegou a conclusão que a economia das ilhas era monocultura e insuficiente para o desenvolvimento econômico. A solução seria diversificar a

economia local complementando com o petróleo e a pesca que com a cooperação argentina, ambos os países seriam beneficiados.

Valério e Hentz (2016) afirmam que devido à percepção de inércia nas negociações entre o Reino Unido e a Argentina, a Assembleia Geral da ONU, em 1976 aprovou outra resolução sobre o tema. A resolução n.º 31/49 de 1.º de dezembro do respectivo ano tratava basicamente de alertar que ambas as partes não tomassem qualquer atitude que fosse considerada unilateral e que prejudicasse o diálogo entre elas. No entanto, os acontecimentos que estavam por vir só trouxeram o efeito contrário.

Assim, outro acontecimento que mesmo passando despercebido publicamente ajudou a agravar a tensão entre a Argentina e o Reino Unido, de acordo com Santos (2016), foi a instalação de uma estação meteorológica argentina, em Sandwich do Sul. Bróndolo (2013) afirma que a atitude fez com que o gerasse certo incômodo no governo britânico e o exigisse explicações por parte da Argentina. Logo, o governo argentino respondeu que, além da base estar numa área de soberania argentina, a mesma era classificada como um ponto de atividades científicas e não militares. Além disso, afirmou que não seria uma base permanente. Posteriormente, o *Foreign Office* apresentou uma denúncia formal sobre a base argentina e classificando a ação unilateral, e ainda, solicitou ser notificado quando as atividades encerrassem. Ainda de acordo com Bróndolo, a Argentina respondeu reforçando sua presença na região e a base só seria desalojada definitivamente, em 1982.

A propósito, Bróndolo (2013) acrescenta que enquanto essas questões iam sendo tratadas, por outro lado, as conversas entre o Reino Unido e a Argentina seguiam. Os britânicos mantinham o posicionamento de cooperação econômica entre ilhas e continente e os argentinos insistiam no desejo de possuir a soberania da região. E nesse meio tempo, o posicionamento dos habitantes da ilha também era um fator que impulsionava o impasse na negociação. Além disso, outro acontecimento acabaria deteriorando ainda mais as relações entre ambos os países.

Em 1977, uma embarcação argentina atirou em um navio britânico. Como descrito por Cisneros e Escudé, et al. (2000) o embaixador argentino foi retirado de Londres e a Argentina solicitou aos britânicos que retirassem o seu representante no país latino. Junto a isso, os argentinos se restabeleceram na ilha de Morrell localizada em Sandwich do Sul e informaram estarem dispostos a bloquear e afundar qualquer embarcação avistada nas águas territoriais das Malvinas. A resposta britânica foi enviar algumas unidades da Marinha Real para uma

área próxima às ilhas enquanto as conversas seguiam em Nova York. Os autores Bróndolo (2013) e Cisneros e Escudé, et al. (2000) afirmam que tal atitude foi mantida em sigilo por parte do governo britânico no sentido de evitar uma atitude argentina em invadir as ilhas. Porém, as discussões sobre o tema iam se endurecendo cada vez mais.

Enquanto isso, no que diz Silva (2016), em 1979, Margareth Thatcher chegou ao governo britânico e nomeia Nicholas Ridley como vice-chanceler. Em 1980, conforme Biangardi Delgado (2011) a Comissão de Defesa do Reino Unido voltou a analisar a questão da disputa com a Argentina, e baseados em um memorando feito Por Lord Carrington, secretário de Assuntos Exteriores da *Commonwealth*, a ideia de solução foi acordar o processo de “*leaseback*”. Posteriormente, nesse mesmo ano, Ridley então, preocupado com o clima que já tinha se estabelecido entre as partes resolveu viajar até Buenos Aires e as Malvinas para entender de perto o conflito.

O vice-chanceler propôs uma solução ao estilo Hong Kong, em que a Grã-Bretanha transferiria as ilhas para a Argentina, mediante o arrendamento do território por um período que poderia oscilar entre 25 e 99 anos, proposta que desatou uma onda de protestos no Parlamento inglês e que, segundo Ceron (1984: 100), levou Ridley a concluir haverem perdido a última esperança de conservar a paz, sendo que em uma reunião privada do Comitê de Relações Exteriores de seu partido, sentenciou “Se não fizermos algo, invadirão, e não há nada que possamos fazer”. (SILVA, 2016, p.42)

Ao passo disso, os britânicos seguiam com o posicionamento de desenvolver a cooperação econômica com base nos acordos de 1971 a 1974. Na visão de Bróndolo (2013) a área de atuação de Ridley com respeito ao tema acabou ficando limitada. Isso ocorreu porque no governo o projeto passou a ser questionado, os malvinenses pediam o congelamento das negociações e a imprensa britânica seguia criticando o processo. Além disso, os argentinos mantinham o posicionamento de reclamar pela soberania das Malvinas. Maffeo (2002) afirma que o Ministro de Economia, Martínez de Hoz mostrou-se favorável a uma cooperação econômica com a Grã-Bretanha a respeito das atividades de petróleo e pesca nas ilhas. Porém, isso não foi o suficiente para resolver o impasse que havia sido instalado.

### 1.3 Guerra das Malvinas em 1982

Para entender como se chegou ao conflito em 1982, é preciso compreender o governo argentino da época também, o Processo de Reorganização Nacional. Após uma onda de insatisfação com o governo de Isabel Perón por uma série de questões, dentre elas a inflação, a Junta Militar composta pelo general Jorge Videla, almirante Emílio Eduardo Massera e brigadeiro Orlando Agosti tomaram o poder através de um golpe, em março de 1976. Depois desse fato, alguns outros governantes militares foram assumindo o poder, como Viola que substituiu Videla e em seguida Leopoldo Galtieri.

No poder desde 1976, conforme Di Tella (2017) o governo militar, no ano de 1982 já enfrentava desgaste em sua gestão. Tal situação se deu principalmente por questões financeiras e de Direitos Humanos. Ainda segundo o autor, em março de 1982, não só os setores mais populares da sociedade, mas também os empresários afetados pela política econômica do governo já manifestavam sua oposição. Em Direitos Humanos, as Mães da Praça de Maio, nesse momento, por tanta persistência, tomou um apelo popular muito grande e já influenciava a opinião pública a respeito da ditadura militar.

Valério e Hentz (2013) afirmam que o cenário de desgaste do governo precisava ser esquecido. Em âmbito diplomático, os militares não conseguiam avançar na negociação pelas ilhas. Na política interna, os fatores já explicitados no texto somavam-se para o nível de insatisfação total. Por isso, Galtieri chega ao poder com essa vontade de tomar posse das ilhas Malvinas. Afinal, tratava-se de uma contestação histórica do país, algo ligado ao sentimento nacional argentino e que estava num impasse entre ambos os lados do conflito. Logo, obter o território traria um fôlego ao governo militar.

O cenário bélico, incluída a ilusão da ditadura argentina de recuperar as ilhas pela via do enfrentamento (ou da ameaça) militar convencional, foi preparado no contexto da militarização das economias e das sociedades sul-americanas, no período dominado pelas ditaduras militares. Entre 1960 e 1978 o PIB dos países do Terceiro Mundo cresceu a um ritmo médio de 2,7% anual, enquanto os gastos militares nesses mesmos países cresceram com um ritmo de 4,2% anual. O SIPRI (Instituto de Pesquisas para a Paz, de Estocolmo) assinalou que a América Latina – especialmente o Brasil e a Argentina – tradicionalmente marginal na corrida armamentista mundial, encontrava-se na cabeça dessa tendência no Terceiro Mundo: em 1981, os gastos militares latino-americanos superavam anualmente 60 bilhões de dólares. Tratava-se de um “militarismo dependente” (tecnológica e comercialmente) e completamente reacionário. Os exércitos se armavam para combater a “subversão interna”, não para proteger as fronteiras nacionais, menos ainda para enfrentar as potências imperialistas. (COGGIOLA, 2012, p.169 e 170)

Além do posicionamento do governo, existia a influência norte-americana naquele momento em toda a América Latina. No dizer de Silva (2016) Galtieri chega ao comando da Argentina com o apoio dos Estados Unidos já que esses buscavam parceiros na área para a sua política exterior. Era através dos governos militares que os Estados Unidos tentavam obter apoio para que as ideologias da URSS não crescessem na região e que a sua influência econômica local também aumentassem.

As ditaduras militares surgidas nesse período na América do Sul se diferenciaram das precedentes ditaduras caudilhistas, uma tradição no continente, pois não consistiam na elevação de um líder militar à condição de “salvador da pátria”, em condições de anomia social (escasso desenvolvimento e configuração das classes sociais, de seus interesses organizados, de tradições políticas e de autogoverno). Eram, ao contrário, ditaduras *institucionais* das Forças Armadas, destinadas a combater desenvolvimentos revolucionários da classe operária, dos camponeses e da juventude, ditaduras com apoio e inspiração direta dos governos dos EUA. Com a chamada Operação Condor, e antes dela, as ditaduras se coordenaram para combater o ativismo revolucionário para além de suas próprias fronteiras. (COGGIOLA, 2012, p.170)

Nas palavras de Valério e Hentz (2013) em certo momento, a decisão de ocupar as ilhas, não parecia ser tão absurda. Para os autores, após anos de negociação, os ingleses não pareciam mais dispostos a manter uma área que mais custava do que rendia. Além dos argentinos não contarem com uma resposta belicosa por parte dos britânicos. Por isso, Silva (2016) descreve o plano para o “dia D”.<sup>11</sup> Esse plano seria uma “retomada” das ilhas para que, conforme a autora, a Inglaterra fosse pressionada a negociar a soberania das ilhas tendo em vista que argentinos já estariam no local.<sup>12</sup> Dessa forma, a negociação seria feita, e o governo argentino diante do cenário interno que o mesmo enfrentava teria legitimidade para seguir no poder por conseguir resolver uma questão de interesse nacional. No entanto, alguns incidentes acabaram acelerando a execução do plano.

---

<sup>11</sup> Nesse contexto, já vinha sendo elaborado o plano de ocupação das Ilhas Malvinas, enquanto o chanceler argentino Costa Méndez empreendia uma firme campanha diplomática. Cardoso Kirschbaum e Van der Kooy (1983:36) explicam que “Anaya e a Armada se sentiram seduzidos com a presença de Costa Méndez no Palácio San Martín. O chefe naval, um homem de propósitos, obsessivamente perseguidos, percebeu mais uma luz verde, além das já existentes, para dar prosseguimento a desejada ideia de reconquistar Malvinas”. Segundo Guber (2012:29), os analistas bélicos coincidem na defesa da tese de que a Junta Militar não tinha interesse em desencadear uma guerra, mas apenas dominar as ilhas para forçar uma negociação: “A tomada forçosa das ilhas se concebia como uma pressão a Grã-Bretanha para que o governo da primeira-ministra Margaret Thatcher aceitasse tratar a questão da soberania ante os organismos internacionais”. (SILVA, 2016, p.47)

<sup>12</sup> Um plano que não abrangia a possibilidade da reação militar britânica, uma dedução que os autores (1983) consideram ter se fortalecido devido à suposta debilidade do governo de Margaret Thatcher que passava por crise econômica, o que fez a junta acreditar que a primeira-ministra não empreenderia uma guerra, enviando sua força militar a quatorze milhas de Londres, ao contrário preferiria a via de negociação. (SILVA, 2016, p.48)



Como conta Silva (2016) o comerciante argentino Constantino Davidoff fez um contrato, em 1978, com a administradora de concessões da coroa britânica com o objetivo de obter alguns materiais de um espaço que estava desativado, localizado na Geórgia do Sul. Davidoff solicitou a permissão diante da embaixada britânica localizada em Buenos Aires, no entanto, o governador das Malvinas não viu com bons olhos a presença do comerciante no local.

Posteriormente, já numa segunda tentativa, o comerciante e seus funcionários chegam à região a bordo do ARA Bahía Bom Sucesso. Logo, a presença dos funcionários causou incômodo aos britânicos e segundo Coconi (2012), em 20 de março de 1982, Londres apresentou um protesto e exigiu a retirada imediata dos trabalhadores da empresa argentina, porém a resposta argentina foi de que os empregados se retirariam do local após finalizarem os trabalhos. No dia posterior, a embarcação se retirou das ilhas, mas os funcionários seguiram trabalhando no local.

Conforme Biangardi Delgado (2011) os trabalhadores que ali estavam içaram uma bandeira argentina e a interpretação da presença e do ato para os britânicos era de que aquilo se tratava de uma invasão. O incidente com o comerciante Davidoff e seus funcionários aumentou o clima de tensão entre ambos os países ao ponto que os dois, segundo Coconi (2012) se reportaram ao Conselho de Segurança da ONU. Em abril de 1982 os navios de guerra argentinos chegam as ilhas Malvinas, que segundo Silva (2016), o objetivo desse movimento era aumentar a presença da defesa argentina na região e diminuir a quantidade de militares e autoridades britânicas no local.

Na Argentina, tal atitude foi celebrada,<sup>13</sup> porém, na ONU, a atitude da Argentina foi rechaçada e o direito de legítima defesa foi concedido à Inglaterra. Além disso, os Estados Unidos, que para os argentinos, por praticarem uma política de alinhamento aos norte-americanos, idealizaram que os mesmos seriam aliados nesse confronto obtiveram uma resposta diferente. Sendo assim, os EUA não apoiaram as medidas do país latino em chegar a um resultado através do uso da força<sup>14</sup>. Além disso, apesar do uso da força, de acordo com

---

<sup>13</sup> Grandes manifestações populares explodiram em toda a Argentina. Fotos dos soldados britânicos capturados deram voltas ao mundo. Os prisioneiros britânicos voltaram para casa via Montevidéu. O plano da Junta Militar parecia ter dado certo. Os militares argentinos, depois da forte resistência britânica, estavam orgulhosos pela vitória obtida com apenas uma centena de homens. (COGGIOLA, 2012, p.194)

<sup>14</sup> O regime militar se estruturou com a colocação de militares em atividade nos distintos postos do governo, e gerou uma política internacional de alinhamento com os Estados Unidos. Setores militares deste país e europeus

Bróndolo (2013) os meios diplomáticos também foram usados para se chegar a uma solução. Nele, os Estados Unidos, o presidente do Peru e o secretário-geral das Nações Unidas tentaram mediar às partes envolvidas, mas sem sucesso.

As tropas argentinas chegaram as Ilhas Malvinas no dia 2 de abril de 1982. Como caracteriza Coggiola (2012) a guarnição britânica estava reduzida e a distância da Grã-Bretanha com relação ao território era grande, o que facilitou a ocupação argentina e dificultou uma resposta imediata ao ataque. Após o desembarque, uma série de operações e estratégias militares foram desenvolvidas pelos argentinos para dominar a área. Dentre elas, como descrito por Coggiola (2012) a estratégia de dirigirem-se aos acampamentos da infantaria da Marinha Britânica em Moody Brook para atacá-los e a tentativa de tomar o palácio do governo.

Em apoio no conflito, conforme Bróndolo (2013) após a tentativa de mediação, os Estados Unidos passaram a apoiar a Inglaterra abertamente abastecendo esses com armamentos, o uso de inteligência e instalações militares. No dizer de Silva (2016) diferente das posições dos EUA e da ONU, a OEA considerou legítima a ação argentina em reivindicar o território. Coggiola (2012) ainda afirma que a Comunidade Econômica Europeia (agora União Europeia), a OTAN e a *Commonweatlh* apoiaram a Grã-Bretanha. Segundo Biangardi Delgado (2011) na América Latina a maior parte dos países manifestou-se a favor da Argentina, com exceção do Chile, que apesar de adotar uma posição de neutralidade, participou ativamente a favor do Reino Unido.

---

contribuíram com a criação das Doutrinas de Segurança Nacional e os setores militares e seus aliados civis demonstraram um anticomunismo combativo, uma espécie de nova cruzada contra o inimigo do Ocidente, o comunismo internacional. Isso se aprofundou durante o período de Carter, já que a política de direitos humanos propiciada pelo governo dos Estados Unidos encontrou nos setores desse país, vinculados a segurança, ao exército e aos negócios, seus principais adversários. Produziu-se uma diplomacia paralela, a diplomacia oficial do Departamento de Estado, que ameaçou aos militares com castigos por violação dos direitos humanos e a Diplomacia do Pentágono y dos negócios que aplaudiram a esses mesmos violadores e disseram a eles que não deveriam preocupar-se muito já que essa política de direitos humanos se devia a infiltrados “esquerdistas” no Departamento de Estado. E aconselharam a eles a não fazer caso já que em pouco tempo poderiam expulsá-los de seus postos.

Este apoio internacional pela via profissional e uma participação militar apoiando as políticas militares norte-americanas em El Salvador, em as Honduras e Nicarágua fez com que o governo militar estivesse convencido de que contando com o apoio desses setores não teriam que preocupar-se demais com os ativistas de direitos humanos.

Porém, é a Guerra das Malvinas a que vai balançar esta crença. A invasão das ilhas fez com que acreditasse contar com o apoio da Marinha norte-americana. A presunção militar argentina era que contando com o apoio da diplomacia militar do Pentágono, se contaria com o apoio do governo norte-americano. Porém, esta decisão mostrou até que ponto o governo militar argentino estava equivocado e ignorava o real jogo de poder norte-americano. (GOSENDE, 2007, p.151 e 152)

Conforme Coconi (2012) a Comissão de Trabalho da Conferência de Ministros das Relações Exteriores do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), foi adotada uma resolução na qual, com 17 votos a favor e 4 abstenções, entre elas, os Estados Unidos, a reivindicação da soberania por parte da Argentina foi respaldada. Além disso, o Brasil declarou-se formalmente neutro. Porém, apesar disso, Coggiola (2012) ainda afirma que o Estado brasileiro forneceu alguma ajuda material e bélica no início do conflito. Nas palavras de Valério e Hentz (2013) de acordo com recentes documentos confidenciais liberados pelo Conselho de Segurança Nacional e do Itamaraty era de conhecimento do governo brasileiro a passagem de armamentos oriundos da Líbia e de Israel com destino a Argentina.

E assim, apesar da iniciativa argentina em tomar a região, os ingleses não tardaram a reforçarem a sua posição nas ilhas. Sendo assim, a Inglaterra respondeu à altura e conseguiu recuperar as Ilhas Malvinas e regiões adjacentes (Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e demais ilhas). O conflito ocorreu de 2 de abril até 14 de junho de 1982. Ainda segundo Coggiola (2012) tanto as perdas materiais quanto humanas foram maiores do lado argentino. De acordo com ele, 650 mortos do lado argentino contra 255 do lado britânico, além dos feridos. Dessa forma, os argentinos saíram derrotados do conflito, a Inglaterra seguiu detentora da soberania nas Ilhas Malvinas e o governo militar argentino não teve sucesso na sua última estratégia em seguir a frente do comando do país.

#### **1.4 Da redemocratização ao governo Fernando de La Rúa (1983-2001)**

Após o conflito das Malvinas, o governo militar não conseguiu manter-se no poder. Aliada a derrota nas ilhas tinha o contexto interno que não se apresentava favorável aos militares. A fraca legitimidade do então governo e a fraca imagem do peronismo naquele momento possibilitaram a ascensão de outra força política: os Radicais. Além disso, Di Tella (2017) afirma que a característica moderada e liberal da UCR não era ameaçadora a ninguém, logo, era o tipo de governo ideal para estar a frente do país após anos de ditadura. Veio, então, a redemocratização e o primeiro presidente civil a assumir logo em seguida foi o candidato da União Cívica Radical, Raúl Alfonsín (1983-1989).

Logo, Alfonsín chega ao poder com a missão de melhorar a situação do país internamente, tendo em vista os problemas econômicos e sociais herdados da ditadura. Aliado a isso, em âmbito externo a imagem do Estado diante de outros países também precisava

mudar. Conforme Simonoff (2010) o governo alfonsinista, além de promovê-la também precisava garantir a estabilidade da democracia. Por isso, um dos pontos do governo, em âmbito interno foi garantir os Direitos Humanos que durante a Ditadura Militar foram violados. Então, Di Tella (2017) afirma que o governo radical passa a buscar uma investigação sobre abusos cometidos durante a repressão. Além disso, como já mencionado, outro ponto importante a ser melhorado era a economia do país, tendo em vista que a dívida externa naquele momento era alta.

No âmbito externo, apesar do cenário de Guerra Fria, Alfonsín procurou manter a Argentina mais autônoma e atuante na comunidade internacional e melhorar suas relações com os demais países. Conforme Simonoff (2010) a Paz e Harmonia eram princípios morais que davam base a sua política externa. Por isso, ações multilaterais, diversificadoras e integracionistas eram prioridades na política exterior.

A respeito das Malvinas, Cisneros e Escudé, et al. (2000) argumentam que a única alternativa da Argentina foi tentar reparar, através do âmbito diplomático, a situação deixada após o conflito em 1982. Silva (2016) cita entre as consequências da guerra, além do que ocorre internamente na Argentina, a vida dos moradores das Ilhas Malvinas muda completamente. Sendo assim, a autora afirma que os ilhéus tiveram seu status elevado por razões econômicas e reconhecimento internacional. Além disso, outro fator que não agrada os argentinos foi o ponto em que a Inglaterra investe mais na Defesa das ilhas.

Apesar de o governo argentino seguir reivindicando a soberania das ilhas, de acordo com Cisneros e Escudé (2000) a Inglaterra estava disposta a estabelecer relações com a Argentina em outras áreas e temas, mas nada relacionado à soberania das ilhas Malvinas. O país europeu ainda via com desconfiança os argentinos e a posição de manter o domínio sobre a região das ilhas era cômodo a ele. Conforme Silva (2016) a ocupação das ilhas em 1982 pelos argentinos afetou o prestígio britânico no cenário internacional. Logo, a retomada do local por parte da Inglaterra foi positivo também para a moral do país nesse âmbito.

De acordo com Simonoff (2010) visto que, a Inglaterra mantinha tal posição de resistência, o mandatário com seu Ministério das Relações Exteriores e Culto passaram a buscar apoio internacional para que as reivindicações voltassem a ser discutidas. Uma das ações de Alfonsín para ter esse respaldo foi sua viagem à Europa no ano de 1984. Por outro

lado, na cena multilateral, o governo Alfonsín, no espaço da Assembleia das Nações Unidas foi conquistando apoio progressivamente graças ao ativismo diplomático da gestão<sup>15</sup>. Assim como, no contexto dos países não-alinhados, que na gestão anterior a Argentina teria se afastado, no governo da transição democrática eles buscaram aproximar-se dos países que faziam parte desse movimento. Dessa forma, este país foi dando maior importância aos assuntos ali debatidos e convergindo com eles para voltar a ter credibilidade.

Assim, Simonoff (2010) afirma que, por tudo isso, ficou claro que apesar da resistência da Grã-Bretanha em tratar do assunto, o trabalho da diplomacia de Alfonsín foi eficaz em certo sentido. Isso porque mesmo que no âmbito bilateral a discussão sobre o tema não avançou da forma que os argentinos desejavam, o governo foi conseguindo melhorar sua imagem no cenário internacional diante de outros países e em espaços multilaterais, além de manter até mesmo o suporte dos países latino-americanos com relação ao tema.

Como descrito por Biangardi Delgado (2011) entre 1982 e 1989, nesse momento pós-guerra, a diplomacia de Alfonsín teve grande concentração no Comitê de Descolonização da ONU. E, mesmo que no âmbito bilateral não evoluísse o diálogo, no contexto das Nações Unidas, algumas resoluções foram aprovadas durante sua gestão: a 38/12 (1983), 39/06 (1984) e 42/09 (1987) que versavam basicamente só a reaproximação das partes para negociarem para encontrar uma solução justa e pacífica. Já as resoluções: L.19 (1985), 41/40 (1986) e 43/1.27 (1988) que reforçavam o que foi estabelecido na resolução 2065, 3160 e 31/49 e indo de encontro com o argumento britânico de que a guerra resolveu a questão em favor ao Reino Unido.

O ativismo diplomático não foi eficaz para as Ilhas Malvinas. De acordo com Bróndolo (2013) e Cisneros e Escudé, et al. (2000) os malvinenses, no fim de 1985, aproximavam-se ainda mais da Grã-Bretanha. No dia 30 de outubro do respectivo ano, foi sancionada uma nova constituição das Malvinas. Nela os *kelpers* tinha um maior controle sobre as questões internas e o governo do Reino Unido previa a cidadania britânica plena aos habitantes do local.

---

<sup>15</sup> O ano de 1985 foi chave já que marcou um antes e um depois das votações da ONU em relação às Malvinas. Enquanto que em 1984 obtiveram 89 votos a favor do reinício das negociações bilaterais entre a Argentina e Grã-Bretanha, 54 abstenções e nove contra, em 1985 os votos a favor aumentaram a 107 e em 1986 a 116. (SIMONOFF, 2010, p.351)

No contexto interno, progressivamente a gestão de Alfonsín perdendo forças e aumentando descontentamento da população com o governo. Conforme Di Tella (2017) apesar de no início do governo buscar uma investigação para tratar dos abusos cometidos durante a ditadura, em 1987 a Lei de Obediência Devida foi aprovada. A lei em questão livrava os culpados por abusos repressivos no governo militar. Logo, isso gerou distensão na frente militar e protestos em setores da sociedade e até mesmo no próprio partido do presidente. Aliado á isso descontentamento de dava também com relação às questões econômicas, a falta de controle da inflação, que mesmo que já trouxessem uma carga do governo militar, o presidente Radical não conseguiu resolver e isso acabou contribuindo para a sua derrocada.

O certo é que a situação econômica voltou a piorar e tanto os comandantes da indústria, como os banqueiros e a sociedade rural que acompanharam por um tempo o governo, levaram adiante o 6 de fevereiro de 189 um golpe de mercado que acelerou a explosão hiperinflacionária, incrementou a fuga de capitais, fomentou o cenário crescente de ingovernabilidade (manifestações, saques a supermercados e centros comerciais, desabastecimento), gerando a entrega do governo de forma abrupta e antecipada.(BUSSO, 2004, p.18 e 19)

Com problemas inflacionários, crise social entre outros, Carlos Saúl Menem (1989-1999) assume a presidência do país. Diante do momento em que se encontrava o país, as eleições ocorrem alguns meses antes e o candidato justicialista é eleito. Conforme Di Tella (2017) frente ao que ocorria no país naquele momento e a atitudes de Menem durante a campanha, a perspectiva criada para a gestão dele era de agravamento dos conflitos. Assim, Di Tella justifica as escolhas do presidente pós-eleição como uma forma de pacificar o panorama político. Tendo em vista isso, Menem acorda pacto com a direita e como cita Busso (2014) ele trás para a equipe de seu governo o ex-gerente da Bunge Y Born e outros membros que eram da *Unión de Centro Democrático*, partido da direita argentina.

Na frente externa, Menem adotou um posicionamento diferente do governo Alfonsín. Na gestão menemista, Miranda (2012) cita que um dos objetivos era inserir o país no contexto internacional. Segundo Busso (2014) a primazia do paradigma da economia de mercado com a democracia liberal eram as características que predominavam nos países desenvolvidos e no cenário internacional, sendo assim, a Argentina precisava incluir-se nesse espectro para usufruir de todas as vantagens possíveis.

Visto que, a gestão Menem recebe um país com problemas econômicos, como a falta de controle da inflação, o interesse nacional agora era melhorar o cenário econômico. Por isso,

de acordo com Simonoff (2010) Menem deixa a posição de autonomia do governo anterior para buscar um alinhamento automático a países desenvolvidos, como os Estados Unidos. É assim que Miranda (2012) afirma que a proposta de Menem tem apoio na teoria de Carlos Escudé, o Realismo Periférico. Na qual, a inserção do Estado no âmbito internacional era garantida através de alianças, principalmente com países desenvolvidos. Para um país terceiro-mundista como a Argentina, Miranda (2012) afirma que na interpretação de Escudé (1992) era uma estratégia necessária e a política externa autonomista era quase um erro de gestão. Tendo em vista que a onda neoliberal tinha os Estados Unidos e a Europa como os exemplos, um alinhamento automático com esses países centrais poderia fornecer o apoio econômico necessário para melhorar a economia da Argentina.

Com relação às Malvinas, no descrito por Santos (2016) durante a campanha eleitoral, a postura de Menem causava preocupação por parte dos britânicos por mostrar-se mais belicosa. No entanto, após a vitória nas urnas, a postura do presidente mudou para algo mais cauteloso e conciliatório apostando num diálogo direto com o Reino Unido. Para Busso (2014) as atitudes da gestão Menem, tanto as questões internas quanto externas, eram reflexos daquilo que o governo entendia com relação ao cenário internacional. Sendo assim, por conta do impasse herdado da gestão Alfonsín, com essa postura mais aliada do então governo peronista, os Estados Unidos passaram a mediar uma negociação entre as partes envolvidas no antigo conflito. Cisneros e Escudé et. al, (2000) afirmam que Argentina e o Reino Unido chegam a uma fórmula de entendimento que foram incorporadas aos Acordos de Madri em 1990.<sup>16</sup> Então,

As relações entre os dois países foram retomadas no governo de Carlos Menem (1989-1999). Nos dias 14 e 15 de fevereiro de 1990, o presidente e o ministro das Relações Exteriores Domingos Cavallo, assinaram a “Declaración conjunta de las delegaciones de la Argentina y del Reino Unido”, conhecido como Tratado de Madri, que reestabelecia as relações diplomáticas entre a Argentina e Grã-Bretanha, o qual resultou em muitas críticas na Argentina. (SILVA, 2016, p.61)

De acordo com Valério e Hentz (2013) o encontro do dia 15 de fevereiro de 1990 produziu a Declaração Conjunta ou o Tratado de Madri, entre as partes que, além de garantir a reabertura de embaixadas e consulados em ambos os Estados, ficou estabelecido um plano de comunicações entre o arquipélago e o continente. Além disso, a zona de proteção ao redor das

---

<sup>16</sup> Segundo Simonoff (2010) a fórmula dos Acordos de Madri é conhecida como “paráguas da soberania”.

ilhas foi declarada sem efeito por parte do Reino Unido e qualquer movimentação militar na região entre as partes ou não precisaria ser avisada por meios diplomáticos.

Entretanto, Silva (2016) alega que o Tratado de Madri resultou muitas críticas na Argentina por duas razões. Primeiro, porque o tratado não passou pela apreciação do Congresso argentino, o qual é responsável por declarar guerra ou paz. O segundo foi o fato de criar uma soberania marítima compartilhada entre a Argentina e Grã-Bretanha ao redor das Malvinas o que acabou aumentando o direito de exploração dos britânicos na região. A autora ainda afirma que antes de 1982 os britânicos possuíam três milhas em volta do arquipélago, com o tratado essa margem aumentou para 200 milhas.

Como descrito por Valério e Hentz (2013) em novembro de 1990 foi assinada uma Declaração Conjunta a respeito dos recursos pesqueiros da região das Malvinas. Tal declaração teve o intuito de avaliar os recursos pesqueiros e criou uma Comissão de Pesca do Atlântico Sul e, além disso, previa a regulamentação da pesca comercial por embarcações, não apenas das de origem dos países envolvidos no acordo, mas outros também. Além dessa, houve a Declaração Conjunta para a Cooperação em Atividades de Alto Mar no Atlântico Sul. Tal declaração data de 1995, e previa a determinação de regras para a exploração e exportação dos hidrocarbonetos da região das ilhas. Até que em 1995, depois de muitas negociações, os países firmaram uma Declaração conjunta com relação à atividade de exploração de petróleo na área.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> A terceira etapa começa com a assinatura dos Acordos de Madri (Declarações Conjuntas de 1989 e 1990) pelas quais são retomadas as relações consulares e diplomáticas entre Argentina e Reino Unido, se reestabelecem os vínculos econômicos e financeiros, as comunicações aéreas e marítimas entre o continente e as ilhas, declara-se formalmente o cessar das hostilidades e deixa de lado a zona de exclusão imposta pelo Reino Unido em 1982. Como consequência, a questão da soberania fica abaixo do guarda-chuva, o que legitima a situação de não negociação da soberania que tinha sido dada nos anos 80. Textualmente, a Declaração Conjunta de 19 de outubro de 1989 estabelece que as discussões entre a Argentina e Reino Unido se realizariam sob os termos de uma fórmula que protegeria a posição de cada parte com relação a soberania ou jurisdição territorial e marítima sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes. (DEL CASTILLO: 2010 32 e 33). A embaixadora Lilian de Castillo afirma que “o guarda-chuva (da soberania) como prova do litígio converte-se em um escudo protetor da soberania argentina na questão das Malvinas e a reclamação de seu exercício” (Ibidem,33). Outros analistas críticos dos acordos estabelecidos em Madri, com quem coincidimos, consideram que o guarda-chuva conseguiu que as negociações ficassem fora da agenda entre os dois países, e que, portanto, a Argentina perdia a possibilidade de realizar reclamações e pressões ao Reino Unido, tanto em forma bilateral ou utilizando os mecanismos multilaterais, leiam-se Nações Unidas, como foi feito três décadas anteriores. Neste sentido, cabe lembrar que as resoluções emanadas da Assembleia Geral convidando as partes a estabelecer negociações sobre a questão como assim também observando a inexistência de avanços segundo o estipulado na Resolução 2065, deixam de aprovar a partir de 1988 (segundo se observou anteriormente), em total consonância com o estabelecido pelos Acordos de Madri de 1989 e 1990. (ORSO, 2011, p.6 e 7)



Simonoff (2010) diz que a Declaração sobre exploração dos recursos petrolíferos, principalmente, ocorre depois que o governo britânico autorizou as autoridades das Malvinas a conceder licenças para empresas privadas realizarem levantamento sísmico na região em 1991. Além disso, no ano de 1986, os britânicos já haviam manifestado em estabelecer uma zona econômica exclusiva na região. Tais atos por parte dos britânicos trouxe anos de negociações entre a Argentina e Grã-Bretanha para chegar ao acordo em 1995. Nas palavras de Simonoff (2010) essa declaração gerou um debate da Argentina sobre os reais benefícios desse instrumento para o país. O autor afirma que, se reconhece os *royalties* que seriam pagos aos argentinos, no entanto, isso se referia a uma zona que estava fora do espaço estabelecido pelo acordo. Assim, a crítica falava justamente da falta de vantagem econômica para o país. Além disso, esse instrumento também não passou pelo crivo do Congresso argentino.

Posteriormente, de acordo com Bróndolo (2013) afirma que Menem reinsere em seu governo a estratégia de gerar confiança por parte dos habitantes das ilhas através da aproximação. No dizer de Simonoff (2010) a gestão menemista tinha em vista os “desejos” dos malvinenses ao invés de “interesses”. Vale lembrar, que anteriormente a guerra de 1982, os desejos e interesses da população malvinense foi um ponto de discussão das negociações das partes envolvidas no litígio. Ademais, Bróndolo (2013) afirma que a proposta argentina acabou não tendo a seriedade devida, tendo em vista que de presente de Natal até indenização a cada habitante das ilhas foi oferecido. No fim, a proposta não teve sucesso com relação à soberania e Bróndolo ainda diz que no momento em que se fez necessário, o tema não teve a relevância necessária, mas o mesmo acredita que a estratégia do governo fosse, na verdade, ter acesso à Comunidade Econômica Europeia e o sistema de créditos.

Além disso, outro ponto trabalhado no governo de Carlos Menem foi a soberania compartilhada, segundo Simonoff (2010). De acordo com o autor, a proposta foi feita pelo governo argentino no final do ano de 1996, o que gerou uma negativa por parte da Grã-Bretanha. Em 1999 foi assinado o Acordo de Londres entre as partes onde previa a retomada de voos entre as Ilhas Malvinas e continente. Para Biangardi Delgado (2011) além da intransigência britânica com relação a tratar sobre a soberania das ilhas o interesse da diplomacia argentina e de Menem em realizar uma complementação econômica com a Europa fizeram com que não avançasse o suficiente para a Argentina. Com isso, Simonoff (2010) informa alguns pontos positivos com relação ao tema no governo de Carlos Menem: a inserção da questão das ilhas Malvinas como sendo argentinas na constituição de 1994 e a

aprovação de uma declaração de respaldo com relação aos direitos argentinos sobre a região no âmbito do Mercosul.

Após 10 anos de governo Menem, Fernando de la Rúa (1999-2001), membro do partido *Unión Cívica Radical* (UCR), assume a presidência da Argentina. No entanto, o mandatário não encontraria um ambiente favorável. Segundo Vadell (2006) essa debilidade é explicada por três fatores: a falta de governabilidade por ter um congresso de maioria peronista, a falta de carisma por parte do presidente como líder e o último a renúncia do vice-presidente por conta de corrupção no Senado no que dizia respeito às leis trabalhistas. Com um contexto interno conturbado, de la Rúa não obtém avanços significativos com relação às Malvinas. Tal gestão, busca na Resolução 2065 base para estabelecer negociações com a Inglaterra e além da relação bilateral, o governo de la Rúa usa do contexto multilateral para obter apoio, como a OEA, a cúpula de Brasília e o grupo Rio. Além de acordos para estabelecer contato entre o continente e as ilhas como a possibilidade de a navegação de embarcações particulares e os voos de aeronaves civis particulares, segundo Simonoff (2010).

Sendo assim, fica claro que ambos os países possuem argumentos para disputarem pelo território. Apesar de ter uma historiografia complicada sobre o descobrimento e os primeiros registros da terra. Ambos os países, em disputa, tem cada um, o seu argumento baseando-se no Direito Internacional. Além disso, Argentina e o Reino Unido vêm tentando resolver o litígio sendo por meios diplomáticos ou pela guerra, como em 1982. Mas a temática segue sendo um dos pontos da política externa do país e cada governo trata do tema dando maior ênfase às relações bilaterais ou multilaterais, com momentos de aproximação ou afastamento.

Diante do que foi exposto neste capítulo, é possível fazer uma análise sob a ótica de Mearsheimer de acordo com o que ele argumenta no livro: por que os líderes mentem. Já nesse capítulo, as mentiras liberais, a difusão do medo, acobertamentos estratégicos e o próprio mito nacionalista já se fazem presentes. No que diz respeito às mentiras liberais, pode-se inferir que, depois de todo desdobramento histórico, ambos os países buscaram o Direito Internacional para defender o posicionamento de cada um: O Reino Unido, a autodeterminação dos povos e a Argentina a Integridade Territorial. No entanto, ao mesmo tempo, em que ambos se valem desses princípios para defenderem a própria posição, acabam desrespeitando ou não considerando o outro.

Na perspectiva Argentina, foco do trabalho, a Integridade Territorial, que vem de uma herança histórica por ser ex-colônia espanhola, não foi respeitada por parte do Reino Unido. Para isso, Measheimer argumenta que

A maioria dos estadistas afirma aceitar essas normas liberais e, invariavelmente, enfatiza seu compromisso com o estado de direito. Apesar disso, os líderes por vezes concluem que o interesse nacional obriga-os a agir de modo que contradiz essas regras. Esse comportamento inclui invadir outros países em busca de ganhos estratégicos e lançar guerras preventivas, bem como utilizar em conflitos métodos nada morais, que violem a teoria da guerra justa. (MEARSHEIMER, 2012, p.67)

Tais atitudes podem ser descritas, a considerar o que diz Mearsheimer, o interesse nacional britânico era em estabelecer um posicionamento estratégico tendo em vista onde está localizada a região das Malvinas. Por outro lado, pode se justificar, após a descoberta de hidrocarbonetos e atividade pesqueira na área, o interesse nacional econômico do Reino Unido.

Além disso, os demais pontos: difusão do medo, acobertamentos estratégicos e mito nacionalista contribuem para justificar a atitude argentina em iniciar a guerra. Para isso, é preciso enfatizar algo que Coggiola (2012) menciona que “A rejeição das “invasões inglesas” é considerado o fato político-militar que evidenciou o anacronismo do domínio colonial espanhol no Rio da Prata e deflagrou a constituição e consciência da nacionalidade argentina.” (COGGIOLA, 2012, p.176). É justamente esse sentimento, da percepção de que ele existe com relação às Malvinas é que vai possibilitar ao governo argentino, ou a elite que conduz o país em determinado momento, a se valer dele para optar em iniciar a guerra.

A difusão do medo, segundo Mearsheimer (2012), à medida que o medo é implementado na cabeça das pessoas ocorre para justificar diversas situações, dentre elas a buscar o apoio da população para entrar em um conflito. Assim como, o acobertamento estratégico serve basicamente para desviar a atenção de falhas do governo com relação a alguma área e precisa do foco da população para outro tema. E, finalmente o mito nacionalista que usa do sentimento nacional para esconder determinada mentira. Esses três pontos juntos podem justificar o governo argentino, que de acordo com Coggiola (2012) já enfrentava desgaste internamente, em buscar a unidade e o apoio da população para seguir legitimando o poder militar. Sendo assim, a controvérsia que envolve as Malvinas, tornou-se a opção escolhida pelo governo. Logo, as mentiras estratégicas denominadas por John Mearsheimer fazem parte do cenário que envolve a questão das Malvinas em vários momentos.

## **2 Os Kirchners e o peronismo: projeto político (2003-2015)**

### **2.1 O cenário que antecede o governo de Néstor Kirchner**

A crise de 2001 atingiu a Argentina em vários aspectos: econômico, social e político. No aspecto econômico, a crise atingiu o país como resultado de uma série de políticas neoliberais malsucedidas aplicadas durante o governo Menem. Segundo Vadell (2006) Carlos Menem seguiu a cartilha do Consenso de Washington. No qual, o liberalismo econômico era apresentado pelos países do centro e grandes instituições financeiras multilaterais como solução para os males enfrentados por países ex-socialistas e também os subdesenvolvidos.

Em âmbito social, o insucesso das políticas econômicas neoliberais acabou resultando também em crise social, na qual o desemprego aumentou, o PIB caiu, os níveis de pobreza e indigência chegaram a um patamar até então desconhecido pela população, de acordo com Vadell (2006), Cunha e Ferrari (2009). Além disso, a essa altura, a descrença e insatisfação com os partidos políticos em não responderem aos anseios de melhora da população enquanto estavam no poder, já tomara conta do povo.

O crescimento da desconfiança da cidadania nos partidos e nas instituições estatais durante o período compreendido entre o começo da normalização democrático e os anos de 2001-2002 revelou-se com frequência nos estudos de opinião pública. Em 1984, 73% dos entrevistados disse ter confiança no Poder Legislativo, enquanto em 2002 respondeu desse modo só 7%. A medição sobre os partidos políticos começaram a se realizar em 1987, momento em que 38% dos entrevistados disseram ter neles, confiança, porém esse índice chegou a 4% em 2002. Nas opiniões colhidas por diferentes pesquisas sobre a legitimidade das instituições públicas e os partidos políticos argentinos, constatou-se que as críticas aos dirigentes partidários e aos funcionários públicos em geral com grande frequência remetiam a existência de práticas de corrupção e a sua impunidade. (SIDICARO, 2011, p.77 e 78).

No cenário político argentino, autores como Malamud (2011), Casullo (2015) e Mauro (2011) consideram dois grandes partidos políticos, o Justicialista (PJ) e a Unión Cívica Radical (UCR), ou os peronistas e os não peronistas. Para eles, durante a história política do país, especialmente após a redemocratização em 1983, a UCR e o PJ domina, de certo modo, o âmbito político. Porém, com a crise de 2001, onde Varesi (2014) diz que em âmbito político, o desgaste se deu na falta de legitimidade e na descrença nos partidos políticos como canais de representação, a Unión Cívica Radical viu-se debilitada e o Justicialista buscou adaptar-se mais uma vez para sobreviver ao momento no qual passava a Argentina.

Dessa forma, dado o cenário de crise em 2001 e a queda de Fernando de la Rúa, os legisladores nacionais optam então por designar Eduardo Duhalde (2002-2003), justicialista e candidato à presidência posteriormente, para finalizar o mandato de Fernando De la Rúa. Então, no início de 2002, ele assume a presidência. E, assim como os presidentes anteriores, Duhalde chega ao cargo mais alto do país com a missão de melhorar o péssimo cenário no qual passava a Argentina.

Sendo assim, no que diz respeito ao âmbito econômico, o presidente ratificou a moratória com relação à dívida pública, deu fim ao Plano de Conversibilidade<sup>18</sup> criado em 1991 pelo governo Menem, e posteriormente ainda anunciou um novo regime cambial, o “câmbio competitivo”. Tal medida era basicamente um regime de bandas cambiais, no qual, a cotação girava em torno da paridade três-para-um de modo a manter a competitividade das exportações.<sup>19</sup> E, apesar de pouco tempo de gestão, tais medidas apresentaram melhoras ao país em termos econômicos possibilitando uma menor dependência externa. (SILVA, R., 2009)

Por mais que Duhalde tenha buscado soluções para os problemas econômicos do país, a crise social e institucional na qual estava mergulhada a Argentina não permitiu que ele finalizasse o seu mandato. Nas palavras de Silva (2011), o então presidente se viu obrigado a abandonar o cargo e deixar para o seu sucessor a missão de seguir buscando o melhor para o país. Dessa forma, as eleições de 2003 foram antecipadas para abril do mesmo ano.

## 2.2 O governo de Néstor Kirchner (2003-2007)

Nos primeiros anos do século XXI, notou-se na América Latina a ascensão e permanência de governos ou coalizões partidárias posicionadas mais a esquerda, ou centro-esquerda. De certa forma, tal comportamento latino-americano demonstrou rejeição aos governos neoliberais das décadas de 80 e 90. Além disso, devido ao atentado terrorista em

---

<sup>18</sup> O Plano de Conversibilidade foi implementado pelo então Ministro da Economia Domingo Cavallo, em 1991. Tal plano constituía o regime de *currency board*, no qual a taxa de câmbio foi fixada na livre conversão de um peso para um dólar. (FERRARI e CUNHA, 2008).

<sup>19</sup> Além disso, é importante ressaltar também que com o fim do Plano de Conversibilidade, Duhalde seguiu com o processo de “pesificação” da economia, o que acabou implicando com a inconvertibilidade de depósitos a prazos fixos no sistema financeiro, conhecido como *Corralito* e com a posterior reconversão para pesos de ativos e passivos dolarizados a taxas estabelecidas pelo governo, o *Corralón*. (SILVA, 2009) e (FERRARI e CUNHA, 2008).

setembro de 2001 nos Estados Unidos, a América Latina passa a ter menos prioridade em política externa para os norte-americanos, que agora se viam com uma preocupação maior, o terrorismo. Por isso, conforme Vadell (2006), os países que aparentemente não estavam envolvidos com essas novas ameaças (combate ao terrorismo e a produção de armas de destruição em massa) puderam ter maior “independência” política. Junto a isso, o cenário econômico da região, a partir de 2002, mostrou-se favorável nos altos preços das commodities no comércio internacional beneficiando as exportações. Além da política de juros baixos dos EUA favorecendo a entrada de capitais nesses países emergentes.

Dentro deste espectro está a Argentina que teria na presidência do país Néstor Kirchner (2003-2007), governador da província austral de Santa Cruz, onde os políticos não tinham tanto destaque quanto algum outro de Buenos Aires, e esposo de Cristina Fernandez de Kirchner. Ambos filiados ao Partido Justicialista, partido este que tem grande destaque na política argentina e foi criado na década de 1940, por Juan Domingo Péron que também foi presidente do país em três momentos: (1946-1952), (1952-1955) e (1973-1974).

O Partido Justicialista (PJ), além de estar entre os principais partidos da política argentina, tem a peculiar característica de possuir diferentes ramificações dentro dele. Dito isto, é interessante destacar que dentre essas diferentes ramificações estão peronistas de direita e mais a esquerda, como Carlos Menem e Néstor Kirchner. No entanto, o primeiro, uniu os ideais peronistas aos interesses da direita neoliberal do país, posicionando-se mais á direita do partido. Enquanto o segundo está mais aliado a centro-esquerda e ao peronismo de esquerda e nacionalista.

Portanto, ainda que estivesse dentro do PJ, Néstor Kirchner ascende ao poder, buscando adotar uma postura distinta da de Menem e demais governos anteriores. Nas palavras de Retamozo e Trujillo (2018) a chegada do mandatário ao cargo da presidência, mesmo que sem o capital político necessário, e o clima de descontentamento com a classe política ainda presente por conta da crise vivida, o candidato eleito precisou contar com outras estratégias para permanecer no posto e obter legitimidade.

De acordo com Montero e Vicent (2013) Néstor Kirchner, desde sua campanha eleitoral usava ferramentas do peronismo clássico que poderiam melhorar sua aceitação diante do povo. Dessa forma, ao chegar à presidência, ainda que fizesse parte do Partido Justicialista, ele buscou formar uma identidade política própria, a “identidade kirchnerista”. Que ainda segundo informações de Montero e Vincent (2013), esse elemento teria três características

seguindo a lógica descrita por Aboy Carlés (2001) e se conforma da seguinte maneira: série de alianças e articulações, o que explica a transversalidade da gestão, conjunto de fronteiras e limites que ajudam a formar uma alteridade, além das tradições políticas que tal identidade se insere.

Dentro dessa construção da identidade kirchnerista estava também a adoção de discursos mais voltados ao populismo/peronismo. Tais discursos buscavam obter identificação com a população, principalmente as classes mais baixas, por isso usava termos e se portava para ser considerado como alguém do povo.

É o Estado que deve atuar como o grande reparador das desigualdades sociais em um permanente trabalho de inclusão e criando oportunidades a partir do fortalecimento da possibilidade de acesso à educação, a saúde e a moradia, promovendo o progresso social baseado no esforço e no trabalho de cada um. É o Estado que deve viabilizar os direitos constitucionais protegendo os setores mais vulneráveis da sociedade, então, os trabalhadores, os aposentados, os pensionados, os usuários e os consumidores. Atuaremos como o que fomos e seguiremos sendo sempre: homens e mulheres comuns, que querem estar à altura das circunstâncias assumindo com dedicação as grandes responsabilidades que a representação do povo nos confere. (NÉSTOR KIRCHNER, 2003)

Aliado a isso estava esse rompimento com o passado, mostrar-se como um político diferente dos demais para a população, e conquistar a confiança novamente do povo para com a política, com a representação política, naquele momento, e o Estado. A ideia de mostrar tal ruptura com o passado pode ser explicado também com o pertencimento à geração “setentista” na qual o presidente militou ainda jovem. Nas palavras de Corigliano (2004) os filhos dessa geração tem uma visão marcada por um momento de mudança e que busca mostrar através de ideias e gestos reformistas próprios da esquerda peronista. Danelon (2015) ainda acrescenta que reconhecer o quadro no qual se encontrava o país e se propor em resolver os problemas pelos quais passavam, foram algumas das estratégias utilizadas pelo então presidente para favorecer a sua imagem diante da população.

Sendo assim, segundo Montero e Vincent (2013), um dos seus primeiros atos foi receber na Casa Rosada líderes dos movimentos *piqueteros* e de organizações voltadas aos direitos humanos. Tendo em vista a maneira como ele ascendeu ao poder, pela desistência do oponente Menem, além de não ser muito conhecido, o presidente precisava melhorar a sua governabilidade perante o povo. Logo, uma das opções era justamente trazer para perto, aquelas entidades que estavam com o povo e entendiam as suas demandas. Assim, como afirmam Natalucci e Schuttenberg (2013), fazer com que medidas como essas, aumentassem a

sensação de que a população era parte, em um dado momento, das decisões do Estado. Além disso, como cita Escudé (2005) essas organizações também foram às ruas protestar contra os últimos governos presidenciais. Então, não seria interessante para Néstor Kirchner, ter essas organizações como oposição ao governo e diminuir o máximo possível esses protestos.

Os movimentos sociais, inclusive os *piqueteros*, tiveram papel de destaque nos governos da era Kirchner. Os *piqueteros* tem sua base social na década de 90 que perderam os seus postos de trabalho ou tinham uma situação de trabalho precária. Logo, a influência disso vinha justamente pela aplicação das políticas neoliberais dessa época que trouxeram prejuízos significativos para o país. Dessa forma, essas pessoas têm a característica de impactar a rotina do país de alguma forma como, trancando vias. Por isso, reforçando o posicionamento de “negação ao passado” e “renovação política” resolver esse outro ponto pendente fez parte da estratégia do então presidente.

Uma primeira interpretação se ligava a uma estratégia estatal para responder ao problema da conflitividade social. A ativa política de inclusão/cooptação de organizações *piqueteras*, o de seus “quadros”, constituía uma forma de acrescentar a politização da pobreza na órbita de ingerência do estado. Desta ótica, as formas de protesto social se configuraram a partir da iniciativa de Kirchner de construir a imagem do seu governo marcando uma quebra a respeito da década neoliberal. (NATALUCCI e SCHUTTENBERG, 2013, p.11).

Além disso, Néstor Kirchner elegeu alguns “vilões” da Argentina, dos quais resolveu tomar algumas medidas. Ademais dos governos passados, um dos vilões foi a Cúpula das Forças Armadas, a qual foi substituída. O outro foi a Corte Suprema de Justiça, que de acordo com Montero e Vincent (2013), estava desprestigiada por ser funcional ao governo Menem, agora, sofria mudanças para designar os juízes. Com o decreto do presidente peronista, a corte teria menos influência presidencial e teria mais transparência quanto a todo o processo.

A perversa dinâmica de mega escândalos cruzadas entre os três poderes do Estado ficou dramaticamente manifestado outra vez em fevereiro de 2005, enquanto estas linhas foram escritas, quando explodiu o escândalo pela sanção sem debate das modificações do artigo 67 do Código Penal. De um golpe legislativo se reduziram os prazos de prescrição de numerosas causas, muitas delas relacionadas com os mais conhecidos casos de corrupção dos governos de Menem e De la Rúa. (ESCUDE, 2005, p.13)

Ademais, o presidente conseguiu no Congresso a aprovação de uma lei que permitia mexer na assistência social dos aposentados argentinos, e também, segundo Montero e Vicent (2013) remover da direção da PAMI (Instituto Nacional de Serviços Sociais para Aposentados



e Pensionistas), pessoas ligadas ao governo Menem e a atividades ilícitas nos postos de trabalho. Não só isso, mas Néstor Kirchner também buscou um plano de construir moradias, plano para alimentação, além do aumento do salário mínimo e das aposentadorias. Decisões das quais certamente beneficiariam a popularidade e aceitação do governo.

O então mandatário, com o passar do tempo foi concentrando ainda mais poder, várias decisões passaram para o seu crivo, caracterizando o hiperpresidencialismo.<sup>20</sup> Além da prática conhecida por alguns ex-presidentes argentinos, a Diplomacia Presidencial, para questões externas<sup>21</sup>. Candeas (2017) ainda ressalta que, fora o fato de todas as decisões convergirem para ele, quando o mesmo necessitava de consulta para alguma decisão importante, elas eram feitas dentro de um círculo muito íntimo, incluindo sua esposa. E então, repassadas a sociedade, através dos discursos, de forma que, atingisse diretamente as massas, sem a necessidade de intermediários. Construindo e fortalecendo cada vez mais a sua popularidade e, de certa forma, governabilidade, já que teria cada vez mais o respaldo da população. E tal forma de conduzir o governo não era do agrado de todos, com o exemplo de Duhalde.

Apesar da vocação presidencial para reverter percepções negativas sobre seu governo, desde as próprias fileiras do PJ começaram a se multiplicarem as vozes contra a sua maneira de governar que valorizava demasiadamente a centralidade na pessoa do presidente e com uma exagerada exposição pública. O encarregado de transmitir essa mensagem ao presidente foi o próprio Duhalde: “Kirchner tiene que cuidar la máquina. Tomar contacto con la gente cada 15 días Le da energía al político. Pero arrojarle a la gente tres veces por semana es agotador”. (MONTERO e VINCENT, 2013, p.135)

Dessa forma, em 2005 com as eleições, Néstor Kirchner teve a oportunidade de provar se o seu mandato, de fato, tinha a legitimidade para seguir aplicando a forma Kirchnerista de governar. Além do fato, de provar ter força suficiente para não precisar de “apadrinhamento” político para manter-se no poder. Tendo em vista que o então presidente teve o respaldo do Duhalde nas eleições e em uma parte de seu mandato. Sendo assim, a essa altura, as relações do presidente e a sua frente, (Frente para la Victoria), já foram além dos limites do partido. Por isso, nas listas elaboradas por ele contava com a presença de políticos de outras posições como os radicais.

<sup>20</sup> O acúmulo crescente de poder deu lugar a um “hiperpresidencialismo” – hegemonia do Executivo sobre o Congresso, o Judiciário e a imprensa (CANDEAS, p.267, 2017).

<sup>21</sup> De acordo com Danese (1999), a diplomacia presidencial seria a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou sãs atribuições *ex officio*, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo. (p.51)

As eleições legislativas de 23 de outubro de 2005 representaram um triunfo para o oficialismo. Significaram, em definitivo, a consolidação do kirchnerismo como uma identidade política relativamente reunida, com potencial eleitoral e alianças territoriais. Kirchner conseguiu se separar definitivamente de Duhalde e converter-se em um líder indiscutido no peronismo, tendo acumulado recursos fiscais e de popularidade que forneceram a ele, em apenas dois anos, o apoio de quase todos os governadores e de grande parte do sindicalismo (Cherny, Feierherd y Novaro 2010). (MONTERO e VINCENT, 2013, p.140)

Além das disputas internas ao partido e sua busca por mecanismos de legitimidade no próprio sistema político, o mandatário alcançou o que seu governo precisava obter: resultados econômicos favoráveis. Ao assumir a presidência, o mandatário deu continuidade ao trabalho de Duhalde em recuperar a economia. Para isso, Néstor Kirchner resolveu manter o Ministro da Economia, Roberto Lavagna, personagem importante na negociação da dívida externa. Adotou uma medida de mega desvalorização da taxa de câmbio, o que acabou possibilitando o aumento das exportações do país. Com isso, segundo Silva (2009) foi possível reativar plantas industriais que haviam sido desativadas na década de 1990.

De acordo com, Neutzling Júnior (2008) a opção de desvalorização cambial trouxe como benefício o, aumento nas exportações, logo a demanda pelos produtos nacionais aumentou e como consequência disso, aumentou os postos de trabalho ajudando a reduzir a taxa de desemprego que afetava o país. Atrelado a isso, as reservas cambiais aumentam sem depender das privatizações ou de afluxo de capital financeiro do exterior, além de incentivar empresas estrangeiras para alocarem-se no país. O autor ainda afirma que o governo baseou o crescimento do país através de políticas fiscais e monetárias expansionistas, pois não estava tão preocupado com a inflação e sim com uma taxa de câmbio maior que ajudasse a estimular a economia.

Mas também, além dessas ações, de acordo com Neutzling Júnior (2008), o governo Kirchner ainda promoveu a estatização de algumas empresas privadas, com forte incremento do gasto público na produção de bens e serviços. No entanto, um dos principais temas do seu governo, em termos financeiros, foi com relação à dívida externa. O mandatário optou por manter a moratória por um prazo indefinido e ainda apresentou uma proposta para os credores. De acordo com Batista Júnior (2005) o contrato era *take-it-or-leave-it* e manteve tal posição diante de qualquer previsão ou pressão feita com relação a isso. Com isso, o resultado foi êxito para o governo Kirchner, inclusive para as eleições daquele mesmo ano. Os *fondos buitres*, aqueles que não aceitaram a proposta de Lavagna e Kirchner, se tornaram um problema posterior, no governo de Cristina Kirchner. Na opinião de Silva (2009)

Porém, o grande sucesso de Kirchner foi a renegociação da dívida em *default*. Em fevereiro de 2005, o governo argentino propôs aos credores externos um desconto de 75% na dívida, o que foi aceito por 76% dos credores. Com isso, a dívida total da Argentina, que era de US\$ 191 bilhões em dezembro de 2004 (113% do PIB), passou para US\$ 125 bilhões em fevereiro de 2005 (72% do PIB). (SILVA, 2009, p.21)

Além dos aspectos econômico, financeiro e com os movimentos sociais outro tema que teve destaque no governo de Néstor Kirchner foram as questões de Direitos Humanos. De acordo com Sigman (2015) para o governo, a problemática dos Direitos Humanos, individuais e coletivos, está vinculada com a recuperação da legitimidade das instituições que está conectada ao nível de confiança da sociedade no sistema político. Dessa forma, explica-se a série de ações realizadas durante a gestão dele: a revisão dos atos de terrorismo cometidos na época da ditadura Militar por parte do estado argentino, a lei de Desobediência Civil e a de Matrimônio Igualitário (26.618) que terminou por ser aprovada no governo de CFK.

Somam-se a isto, outros direitos previstos na norma como: o Plano Nacional contra a discriminação, o Decreto (1086), a Lei de Educação Nacional (26.206) e a de Comunidades Indígenas (26.160). E ainda, no que diz respeito à proteção de crianças e adolescentes, Néstor Kirchner adotou as normativas da Convenção sobre os Direitos da Criança (lei 26.061). Já com relação às mulheres ratificou um protocolo facultativo da Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (lei 26.171). Regulamentou também, no ano de 2005 o trabalho das empregadas domésticas através da lei (26.063) e no âmbito da saúde também regulamentou normas a respeito da saúde sexual e procriação responsável. Além disso, tais atos foram recebidos de forma positiva por parte dos movimentos sociais para com a imagem do governo.

Organizações, relativas, simpatizantes e aderentes do campo dos movimentos sociais se sentiram reparados a partir dessas medidas e passaram a se identificar com a dimensão do “projeto” ou “promessa” política que se organiza ao redor do atual governo. Deparamo-nos assim com que a dinâmica de articulação não procedeu desde expansões horizontais que provocaram a ruptura – própria da primazia de uma lógica populista no quem foi o que o Kirchnerismo ofereceu uma superfície de inscrição e encontro de demandas heterogêneas que não passaram por uma instância prévia de articulação. No entanto, o momento horizontal de articulação é fundamental para a produção de solidariedades estáveis, seu lugar subordinado com respeito a interpelação desde o governo propõe certos desafios a constituição de uma identidade política. (MARTÍN RETAMOZO, 2013, p.14)

Na última fase do governo Néstor Kirchner, de 2005 a 2007, o presidente enfrentou alguns problemas internos, como a exemplo a inflação e o controle dos preços que acabavam

afetando o setor pecuário. Tal questão acaba tomando uma proporção maior no governo da sua esposa e sucessora Cristina Fernandez de Kirchner. Por isso, apesar dessas questões, o então presidente ainda assim finaliza o mandato com boa aprovação popular. E tal resultado foi devido às escolhas feitas em realizar políticas públicas voltadas ao povo e também utilizar-se de postura e discursos populistas que favorecessem a sua legitimidade.

Quando finalizou a gestão de Kirchner, o governo reunia índices de aprovação na opinião pública na ordem de 60%, medição feita a partir de pesquisas a indivíduos cujas respostas surgiam de ponderações de temas distintos, porém que convergiam em avaliar positivamente aspectos da ação oficial. (SIDICARO, 2011, p.89)

Apesar de ter um quadro favorável com relação ao seu governo, com pesquisas de intenções de votos mostrarem certa margem de vitória muito maior para ele do que para CFK, Néstor Kirchner não optou pela reeleição. Ao invés disso, o presidente acabou optando por anunciar a candidatura de Cristina Kirchner. E, segundo Candeas (2017) a atitude dele foi justificada como um sinal da “construção coletiva de poder” e de “atualização do PJ”.

### **2.3 Os governos de Cristina Fernandez de Kirchner (2007-2015)**

Cristina Kirchner, nascida em La Plata, cidade localizada na província de Buenos Aires, mas com carreira política desenvolvida na província de Santa Cruz, foi a sucessora de Néstor Kirchner, seu esposo. Eleita com 45,29% dos votos e a maioria em ambas as câmaras, CFK permaneceria no poder durante dois mandatos. E, apesar de fazer parte da mesma geração “setentista”, da qual fazia o marido, e terem o mesmo posicionamento político no peronismo, Cristina Fernández de Kirchner mostrou algumas características próprias na gestão.

Sendo assim, enquanto Néstor Kirchner usou a transversalidade no seu governo, CFK recorreu à “Concertación plural”. Tal estratégia, nas palavras de Retamozo e Trujillo (2019) foi traçada em 2007, no contexto onde o kirchnerismo estava forte e os demais atores do sistema político estava fraco. Sendo assim, a fórmula consistia em reunir diferentes dirigentes políticos de distintos partidos, entre radicais e peronistas, além de apoiadores do governo anterior. Então, diversas alianças puderam se formar, tanto em âmbito provincial quanto federal entre CFK da Frente para la Victoria e Julio Cobos, um radical.

De acordo com Busso (2014) a gestão de Cristina Kirchner começou tendo a missão de dar continuidade ao projeto político kirchnerista da última gestão. E para Danelon (2015) a então presidente assumiu o cargo com o país num cenário econômico, político e social muito mais favorável do que aquele apresentado para seu antecessor em 2003. Para Busso (2014) o novo governo tinha como metas: impulsionar a geração de empregos, reforçar o processo de industrialização, atender as demandas dos credores nacionais e internacionais que haviam ficado de fora das negociações da dívida, além de fortalecer a inserção internacional do país no sentido mais autonomista e pró-latino americana.

A diversificação da pauta de exportações e a ampliação de mercados, assim como o pagamento da dívida externa, foram instrumentos utilizados para fortalecer o modelo industrialista também chamado pela presidente Cristina Fernández de Kirchner de “modelo de acumulação de matriz diversificada com inclusão social”. Esse modelo que havia iniciado em 2003 visava à recondução da Argentina no mundo, tarefa considerada recorrente durante todos os governos argentinos, justicialistas ou não. Fernández de Kirchner não fugiu à regra. O segredo de tal modelo, segundo a presidente, era a participação de três segmentos fundamentais da sociedade argentina: o Estado, o campo e a indústria. (SILVA, 2013, p.19 e 20)

No entanto, os planos da nova administração mudaram ao aparecerem alguns problemas internos. Um dos problemas de impacto da gestão de CFK foi o conflito com o setor agrário. Tal questão teve origem no final do governo Néstor Kirchner, e isso pode ser explicado através do federalismo fiscal. Na visão de Moreira e Barboza (2010) embora, a descentralização seja uma regra na Argentina, muitas atividades e questões de ordem financeira dependem dos governos locais, mas o poder federal ainda detém a arrecadação fiscal. Por isso, o governo federal tem o controle de repassar as quotas por arrecadação para as províncias. Sendo assim, essa prática tornou-se um mecanismo na qual o governo federal pode conquistar apoio dos governos locais e exercer de alguma forma poder sobre essas administrações.

A rejeição ao incremento das taxas impositivas às exportações agrárias mobilizou a um multifacetado conjunto de atores com setores do mundo rural, que ganhou adesão nos centros urbanos, alheios as suas atividades, porém descontentes com aspectos da gestão governamental. As boas condições dos mercados internacionais de produtos agro alimentícios asseguravam altas taxas de rentabilidade para os produtores e o governo parecia acreditar que as contas públicas podiam reter uma parte delas. (SIDICARO, 2011, p.90)

Ainda nessa lógica, de acordo com Moreira e Barboza (2010) existe um imposto referente ao comércio exterior, que incide sobre as exportações do país. No entanto, de acordo com as regras estabelecidas, ele não é remuneração que tem a obrigatoriedade de ser

compartilhada com as províncias. Na última fase do governo Néstor Kirchner, ele aumentou a porcentagem de ganho do governo federal sobre esse tipo de retenção de 27% a 35%, o que já causou insatisfação por parte do setor agrário, principalmente os produtores de soja. Na gestão de Cristina Kirchner, segundo Villulla (2009) esse valor sofreu alteração e passaria para um preço “móvel”, ou seja, passaria a variar de acordo com a precificação dos produtos agrícolas no mercado externo.<sup>22</sup>

O governo tentou convencer tanto o setor agrário quanto a população de que essa nova medida seria em prol de melhorias internas. Num primeiro momento, o dinheiro arrecadado seria para construção de escolas ou hospitais. Já em outro momento, tal medida tinha a intenção de proteger o mercado interno e promover a diversificação dos produtos para exportação. No entanto, apesar de tais justificativas, Varesi (2014b) ressalta que essa medida foi aplicada, também tendo em vista o bom momento, até então, das *commodities* agrícolas internamente e no mercado internacional, especialmente a soja. Ainda assim, o conflito com o setor agrário tomou toda a atenção e dedicação do governo de CFK nos primeiros meses de existência. Logo, o resultado dessa questão foi a Administração Federal optar em ceder e retroceder na decisão do aumento após ter recebido a negativa do Congresso Nacional em transformar em lei a medida do executivo.

Para Silva (2013) as retenções móveis por parte do governo federal tinham outra justificativa

A aplicação das retenções móveis se justificava pela necessidade de reforçar a política anti-inflacionária, além de promover transferência de parte dos lucros do setor agroexportador para o restante da população (SON PIQUETES..., 26 mar. 2008). O governo Cristina Kirchner se preocupava também com o avanço excessivo das plantações de soja. Dentre as *commodities* exportáveis, o cultivo de soja era o mais rentável. Como a maior parte da sua produção é destinada aos mercados externos, havia preocupação quanto à redução da área plantada de outros cultivos e da produção pecuária, que poderiam levar ao desabastecimento e/ou à inflação destes produtos no mercado doméstico. Além disso, a concentração da produção em um único bem poderia levar aos problemas da chamada “doença holandesa”, que tornariam o país vulnerável às variações do preço da soja no mercado internacional (CAMBIAN LAS..., 12 mar.2008). (SILVA, 2013, p. 13)

Para Busso (2014) tal conflito com o setor agrário ainda gerou outras consequências para a gestão. Logo, uma das consequências é a falta de sincronia entre presidente e vice. Tendo em vista o voto de Cobos a favor das reclamações feitas pelas organizações

<sup>22</sup> Ainda segundo Villulla (2009) No momento da implementação dessa medida, essa porcentagem alcançava uns 44%, quando o preço da soja chegava internacionalmente aos US\$ 550 dólares por tonelada. (p.4)

empresariais que representavam o setor agrário e contra o federalismo fiscal. Além dos problemas internos, o conflito trouxe impactos para a popularidade do governo e tornou assim o contexto “favorável” para a oposição criticar.

Por outra parte, o conflito alterou negativamente os vínculos entre o governo e a sociedade em tanto que isso se estendeu em términos de opinião pública até os setores médios urbanos que se posicionaram a favor do campo e contra a gestão de Cristina, aparecendo uma classe média em permanente situação de contestação sobre questões como mais segurança, menos inflação, melhor institucionalidade, menos confrontação, entre outras. (BUSSO, 2014, p.25)

Ademais, esse conflito também foi o estopim para o embate entre Governo CFK contra *Clarín*.<sup>23</sup> Conforme Dias (2015), até o momento do conflito agrário, o meio de comunicação parecia ser um aliado do governo. Entretanto, o autor afirma que a relação entre ambos começou a estremecer depois que uma funcionária do jornal estaria vazando a capa do dia seguinte com antecedência. Tal atitude obviamente desagradou o *Clarín*. Com a questão agrária, as diferenças entre os dois ficaram ainda mais claras. Afinal, com toda a repercussão do conflito, vários setores da sociedade posicionaram-se a favor dos agrários e contra o governo, um deles foi a mídia, em especial o Grupo Clarín, o que acabou causando o descontentamento do casal Kirchner<sup>24</sup>.

Além de questões internas, o governo de CFK também enfrentou a crise econômica internacional de 2008 que teve origem nos Estados Unidos. E para Busso (2014) o enfrentamento desse período difícil foi considerado exitoso, tornando-se algo positivo para a administração de Cristina Kirchner em meio a tal cenário. De acordo com Dabat (2012) a crise afetou o país em um momento complicado por uma série de fatores: além dos conflitos com o setor agrário e os meios de comunicação, o campo passou por um momento de estiagem onde houve perda da produção em setores chaves no quesito, exportação. Aliado a isso, a Argentina passou por uma exclusão referente ao plano anticrise, no que se refere aos

<sup>23</sup> Durante a gestão de Néstor, normalmente a relação entre governo e mídia não era tão conflituosa, porém, ambos divergiram em algumas questões. Dentre elas, a candidatura de Cristina Kirchner através da Frente para la Victoria (FPV). Ao ver de Dias (2015) tal manobra possibilitaria a perpetuação do casal no poder por um longo tempo e isso fazia com que a mídia se opusesse.

<sup>24</sup> O impasse entre governo e os meios de comunicação geram frutos: a Lei de Meios Audiovisuais, A diferença do teor textual é uma das características que demarcam a mudança na dinâmica de funcionamento dos meios audiovisuais argentinos a que se propõe a lei atual, restringindo práticas monopólicas e mudando a forma de administração e o órgão regulador de tais atividades, dentre várias outras mudanças. Em decorrência disso, houve a resistência por parte dos grupos midiáticos afetados pela aplicação da lei, conflito simbólico esse que percorreu mais de quatro anos em uma guerra de medidas cautelares na Justiça, que suspendiam artigos da lei. Após a sentença de constitucionalidade de todos os artigos da lei, em 2013, uma nova disputa judicial teve início em outubro de 2014 e deve percorrer o ano eleitoral de 2015. (DIAS, p.37, 2015)

países em desenvolvimento criado pelo FMI (Fundo Monetário Internacional). A justificativa para a decisão foram os “antecedentes negativos” do Estado.

Todavia, conforme Dabat (2012), a solução encontrada pelo governo argentino foi a criação do seu próprio plano anticrise. O plano incluiu medidas como: criação do Ministério de Produção, políticas fiscais como moratória impositiva, reduções das retenções ao setor agrário, branqueamento e repatriação de capitais, crédito público voltado ao consumo e a produção a taxas baixas de interesse e um projeto de obras públicas. Como consequência lógica, o gasto público aumentou de 2008 a 2009, em 18.6% do PIB a 22%. Com todas essas medidas, o governo ainda implementou o Plano Argentina trabalha, no intuito de promover mais empregos, o Programa de microcrédito para também impulsionar a economia, o Programa de *Asignación Universal por Hijo* que ajudou as classes mais baixas da população, além de uma reforma na previdência<sup>25</sup>.

No cenário econômico da gestão de CFK, está a renegociação da dívida argentina iniciada em 2005 durante o governo Néstor Kirchner. Então, naquele momento, 75% dos credores aceitaram a proposta dada pela administração do ex-presidente. Posteriormente, segundo Bueno (2016), com Cristina Kirchner, a ideia era tentar a renegociação com o Clube de Paris e demais credores nos mesmos moldes já feitos no primeiro governo kirchnerista. No entanto, a crise financeira de 2008 foi um empecilho para a renegociação e a reativação dela só acontece mais a frente, em 2010 com a forte legitimidade alcançada pela mandatária nos comícios. Ainda na visão de Bueno (2016), em condições parecidas com as oferecidas anteriormente, a conclusão do acordo teve uma aceitação de 92,5% contando a dívida reestruturada de 2005.

Depois de todas as questões internas e externas enfrentadas pela administração de Cristina Fernández de Kirchner, as eleições de 2009 representaram para ela o mesmo que as de 2005 foram para Néstor Kirchner: um termômetro do andamento da gestão. Entretanto, diferente do resultado positivo do marido, ela não teve o mesmo desempenho. O maior impacto de todos e a representação do que foram essas eleições para a administração dela foi a derrota na província de Buenos Aires.

---

<sup>25</sup> A mudança no sistema previdenciário foi justamente estatizar as duas empresas responsáveis por esse setor a AFJP (*Administradora de los Fondos de Jubilaciones y Pensiones*) e a ANSES (*Administración Nacional de la Seguridad Social*). Tal ação permitiu uma economia que foi revertida para o financiamento da economia nacional através da substituição dos títulos e ações de ativos estrangeiros, em ativos nacionais como projetos no setor de infraestrutura além dos demais planos citados anteriormente no texto.



A derrota bonaerense, além de constituir um feito significativo, é um fenômeno inovador na dinâmica das dissidências justicialistas: pela primeira vez, uma lista justicialista se impôs sem o apoio do líder partidário nacional e nem distrital (incluindo ambos integraram pessoalmente a lista vencida). Nos outros distritos onde a FPV foi derrotada por uma lista peronista dissidente, os oficialistas provinciais estavam instalados abertamente na oposição (os casos da cidade de Buenos Aires, San Luis, Córdoba, Salta e Santa Fe) haviam tomado distância do governo nacional, o que manifestou a ação negativa dos governadores em se apresentarem como candidatos a deputados nacionais (os casos de Misiones e San Juan). (MAURO, 2011, p.23)

Com todas as variáveis apresentadas que mostram a influência na gestão de Cristina Kirchner fizeram com que as oportunidades de se candidatar novamente para o cargo e ser reeleita se reduzissem. Do outro lado, a oposição de peronistas não kirchneristas, Radicais, entre outros tiveram a oportunidade de organizarem-se e retomar um espaço de poder no sistema político. Conforme Sidicaro (2011), além do resultado das eleições, a ideia de que Néstor Kirchner seguia dirigindo o país, ocasionando uma falta de reconhecimento de autoridade para ela e queda na popularidade da mandatária foram fatores que a influenciou em cogitar a possibilidade de não tentar as eleições de 2011. Assim, abrindo as chances de NK tentar a presidência mais uma vez.

Porém, um fato ao final de 2010, se destaca faz com que a popularidade de CFK fortaleça e ela tenta a reeleição em 2011: a morte de seu esposo Néstor Kirchner. Para Sourojon (2016) tal fato permitiu despertar em vários setores da população o sentimento de comoção, porque além de esposo de CFK, ele foi um político de destaque no cenário nacional. O luto então acabou gerando comoção no eleitorado e colaborando positivamente para a imagem de Cristina Kirchner. O que permitiu a presidente fazer uso político desse momento para objetivos políticos fazendo com que a popularidade dela aumentasse paulatinamente.

Posteriormente, a reação social diante da morte do ex-presidente pôs de manifesto que um número significativo de argentinos acordaria com as diretrizes escolhidas pelo kirchnerismo para conduzir os assuntos nacionais tanto ao nível interno como internacional. Esta tendência se manteve sem maiores dificuldades até as eleições de 2011 que deram o triunfo a Cristina para seu segundo mandato com 54% dos votos. (BUSSO, 2014, p.27)

Contudo, a oposição não soube aproveitar o momento de baixa popularidade da presidente para poder organizar-se e alcançar melhores objetivos políticos. Catterberg e Palanza (2012) argumentam que apesar de a oposição ter tido resultados melhores durante as eleições legislativas de 2009, as disputas internas nos partidos e a luta de egos acabaram prevalecendo sobre os objetivos de construir coalizões estáveis o suficiente para vencer a

*Frente para la Victoria* de CFK. Os resultados eleitorais acabaram confirmando isso: trinta e oito pontos separaram a FPV da segunda força na eleição presidencial. Ainda de acordo com as autoras, desde o retorno a democracia nenhum candidato presidencial alcançara uma diferença tão ampla.

Porém, outra característica distinta da administração de Néstor Kirchner, e que marcou o mandato de Cristina Kirchner, foi a relação da presidente com as agremiações. Nas palavras de Busso (2014) apesar da vitória nas eleições, as mudanças nas estruturas de alianças feitas pelo governo afetam também a ligação com os agrupamentos. Por isso, o líder da CGT (Confederación General del Trabajo), Hugo Moyano, se distancia do governo gerando um cenário de divisão dessas agremiações entre apoiadores e opositores da administração kirchnerista.

De 2012 a 2015, a administração de Cristina Kirchner enfrentou mais alguns problemas anteriormente conhecidos: questões econômicas (déficit fiscal, baixo nível de inversões, dificuldade em manter o superávit fiscal, inflação, entre outros), que foi deteriorando o sucesso das eleições de 2011, insatisfação por parte do setor agrário, além da constante oposição por parte da mídia. Vale destacar, nas palavras de Bueno (2016) a renegociação da dívida argentina com os credores que não participaram das rodadas anteriores (2005 e 2010). As tentativas de negociação dessa vez falharam e o tema passou para as vias judiciais. Além disso, escândalos de corrupção envolvendo o setor de transporte com pessoas ligadas ao governo surgiram de forma negativa também para a imagem da administração. Questões que marcaram a última fase do governo de Cristina Kirchner.

A ‘era K’ possui exemplos clássicos de governos que facilmente se enquadrariam os moldes descritos por Mearsheimer (2012). Dito isso, basta voltar a analisar as idas e vindas de ambos os governos que fazem parte do recorte temporal, diante de momentos de crise de popularidade, como Cristina Fernández de Kirchner ou de ascensão difícil por crise política, total descrença nas instituições, ou problemas de ordem econômica e social, como o cenário que Néstor Kirchner enfrentou. As mentiras, distorções ou omissões podem facilmente serem úteis para os governos nessas ocasiões.

Tendo em vista o foco do trabalho e a adoção da Causa Malvinas como uma política de Estado nas administrações Kirchneristas, a mentira ideal que diz respeito ao mito nacionalista é a mais propícia a ser utilizada. Tal afirmação se dá por conta da interpretação de Sánchez (2013) de que as “causas nacionais” ajudam a aglutinar a sensação de identidade

coletiva, de pertencimento através de vários elementos. Logo, uma questão sensível para o povo pode ser usada por questões além da razão de Estado.

### **3 O uso das Malvinas no discurso político dos Kirchners**

#### **3.1 O uso das Malvinas durante o governo de Néstor Kirchner (2003-2007)**

Em seu discurso de ascensão, o presidente eleito, Néstor Kirchner (NK), deixa claro alguns pontos que vão permear o seu governo no sentido de apelo popular para que isso o ajude na legitimidade. Ele faz questão de mostrar-se como diferente dos presidentes anteriores passando a imagem de um líder de reconstrução, como cita Perochena (2016), ou reformista e ainda, como a opção do país para sair daquele quadro. “Por mandato popular, por entendimento histórico e por decisão política, esta é a oportunidade de transformação, da mudança cultural e moral exigida pela época. Mudança é o nome do futuro.” (NÉSTOR KIRCHNER, 2003).

Ainda em seu discurso, Néstor Kirchner fala sobre seu plano de governo, a meta de crescimento econômico para melhorar a situação do país, educação, os laços com América Latina e especialmente o MERCOSUL e defesa da democracia. Com relação às Malvinas, ele deixa claro o interesse em retomar a discussão sobre o tema com os britânicos. A partir da administração dele, a reinterpretação do passado recente, como cita Perochena (2016), assume a defesa da memória, a verdade e justiça como uma política de Estado, e que ainda reivindicava os interesses nacionais como uma prioridade do governo, acaba enfatizando ainda mais a Causa Malvinas.

A partir deste projeto nacional, a República Argentina será integrada ao mundo, tomando medidas concretas em direção a um consenso político baseado no fortalecimento do direito internacional, no respeito às nossas convicções, na história e nas prioridades nacionais. (...)

Vimos do sul da Pátria, da terra da cultura *Malvinera* e do gelo continental e sustentaremos nossa reivindicação de soberania sobre as Ilhas Falkland. (NÉSTOR KIRCHNER, 2003)

De acordo com Mearsheimer (2012) para uma nação tornar-se viável, as elites que dominam o discurso são em grande medida responsáveis por inventar seus mitos. Uma das razões principais para a construção do mito é fomentar a solidariedade em grupo e criar um forte sentimento de nacionalidade. Logo, os movimentos do governo NK e seus discursos eram baseados em pontos que criassem ou exaltassem esse sentimento de nacionalidade, que a memória nacional fosse evocada e isso voltasse como algo que favorecesse sua legitimidade, que pudesse gerar o sentimento de pertencimento e unidade perdido nos tempos de crise.

A lógica de Mearsheimer dialoga com o que foi exposto por Sánchez (2013) a partir de Benedict Anderson, o qual explica que história coletivas são feitas para vincular os sujeitos a um único membro. Uma nação é uma comunidade social construída, ou seja, imaginada por pessoas que se percebem como parte desse grupo. Aliado a isso, é importante trazer ainda na visão de Sánchez (2013) sobre o impacto que a disputa pelas Malvinas causa na sociedade argentina e como esse fato trouxe o significado das ilhas como referência para uma causa de soberania nacional

As Ilhas Falkland foram e são, ainda hoje, um elemento central na construção da identidade argentina: peça fundamental na socialização do sujeito nacional. Seu simbolismo excede a forma do arquipélago e alcança uma dimensão histórico-cultural que cinzela o sentimento e a razão de todos os que são chamados argentinos, sem poder escapar de forma alguma às discórdias e contradições que envolvem essas ilhas ao longo de uma história. (SÁNCHEZ, 2013, p.1)

Logo, com o que foi exposto por Sánchez (2013) é um dos temas que evoca essa memória nacional e faz parte da história do país, é justamente a disputa pela soberania das Ilhas Malvinas. E, além de contestar o *status quo* britânico reivindicando o domínio da região, a temática chega através dos discursos e discussões sobre, com uma posição de empoderamento. Já Gomez (2016) alega que no processo de construção da política interna das gestões kirchneristas, as Malvinas fizeram parte do discurso do poder executivo ou em situações de construção de poder em âmbito nacional e internacional.

Além disso, é preciso ressaltar que nas palavras de Berardi (2015) a questão das Malvinas já ocupou um lugar relevante nas agendas de política exterior de diferentes governos argentinos e, além disso, é um assunto que gera grande sensibilidade na sociedade. Isso porque, para os argentinos o resultado do conflito não foi satisfatório para os mesmos, é algo que não foi digerido. Dessa forma, torna-se compreensível o uso político da disputa das Malvinas como um mecanismo de auxílio na governabilidade.

De acordo com Perochena (2016) um dos primeiros atos do presidente com relação ao tema das Malvinas, externamente, foi um encontro informal com Tony Blair em Londres, na Cúpula de Governos Progressistas, em 2003. Nessa ocasião, o presidente Néstor Kirchner aproveitou para ressaltar a necessidade de se voltar a discutir sobre a região e deixou claro sua preocupação com relação à venda de recursos pesqueiros por parte dos cidadãos da ilha. Sendo que, nas palavras de Berardi (2015) para o Direito Internacional, essa exploração comercial seria ilegal por se tratar de uma zona de disputa e tais atos seriam considerados unilaterais.

Por outro lado, já em setembro de 2003, um dos primeiros atos formais referentes ao tema foi no âmbito multilateral da ONU. No momento, durante a Assembleia Geral, boa parte do seu discurso esteve permeando a economia, tema este que era um dos pontos-chave da gestão e uma urgência. Ademais, Néstor Kirchner também reiterou a reivindicação argentina pelas Ilhas Malvinas

O respeito à diversidade e à pluralidade e o combate implacável à impunidade são princípios essenciais de nosso país após as tragédias das últimas décadas. Somos fervorosos apoiadores da resolução pacífica de disputas internacionais, particularmente em um assunto tão caro para nossos sentimentos e interesses quanto a disputa de soberania que mantemos sobre as Ilhas Falkland, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marinhos vizinhos. (NÉSTOR KIRCHNER, 2003b)

Dessa forma, se posicionando diferente das administrações anteriores, enquanto Carlos Menem tentou uma política de “sedução” com relação aos *kelpers*, segundo Orso (2011), por outro lado, de La Rúa, optou por ignorar. No âmbito interno, nas ocasiões propícias, Néstor Kirchner usava do seu discurso político para seguir fomentando o sentimento de unidade nacional em volta da Questão Malvinas. Durante um evento na Argentina, em agosto de 2003, celebração da Força Aérea na Escola Militar, Néstor Kirchner traz a temática à tona. O presidente aproveita a ocasião para alimentar o sentimento nacionalista usando a memória dos que lutaram no conflito em defesa da pátria.

Os 55 heróis, patriotas, que caíram em combate nas Ilhas Malvinas também contribuíram para conceder a eles, com o Exército, a Marinha e as Forças de Segurança, um senso de claro compromisso com o sacrifício da Pátria.

Esses perfis característicos devem constituir a argila que nos permite enfrentar o nosso futuro e o da Força Aérea com determinação e coragem. Entrelaçados com os exemplos daqueles que forjaram nossa nação, enriquecidos com a contribuição de nossos avós imigrantes e pioneiros, com a memória daqueles que lutaram em nossas Ilhas Falkland, devemos enfrentar os desafios colocados neste século XXI. (KIRCHNER, 2003c)

Posteriormente, em março de 2004, acontece um incidente entre a Argentina e o Reino Unido. O problema ocorre por conta de um quebra-gelo das Forças Armadas da Argentina que realizava tarefas de controle de pesca em águas de jurisdição argentina, inclusive a zona de proibição de pesca e a mesma área acordada com os britânicos.<sup>26</sup> Porém, na interpretação de Berardi (2015) Londres entendeu que a embarcação havia navegado na zona econômica exclusiva ao redor das Ilhas Malvinas. Diante disso, os britânicos apresentaram um protesto formal a embaixada argentina solicitando que atos desse tipo não ocorressem mais, e ressaltando a soberania britânica sobre as Malvinas. Após o posicionamento do Reino Unido, o governo argentino também se posicionou explicando que o *Irizar* realizava tarefas vinculadas a segurança da navegação e identificação de embarcações pesqueiras como forma adequada para garantir a conservação da lula *Illex*. Ainda nas palavras de Berardi (2015) tais atos faziam parte da nova política mais dura implementada pelo governo Kirchnerista que aumentou a quantidade de patrulheiros na área para capturar e multar barcos de bandeira estrangeira que pescavam na zona econômica exclusiva argentina sem a devida permissão.

Na comemoração do aniversário de XXI do ato das Malvinas, ele coloca a chegada dele ao cargo como uma “benção” de Deus, uma oportunidade do povo e que ele deveria estar comemorando com o povo. Corresponde assim, ao perfil que Montero e Vicent (2013) descreveram sobre ele, de que o presidente se apresentava em atos públicos, igual a Perón, como mais um “do povo”, buscando se distanciar dos políticos tradicionais, que para ele, não sabiam escutar as demandas populares. É necessário ressaltar que durante o seu discurso, ele segue, de certa forma, criticando os governos anteriores ao mencionar que as palavras “Soberania Nacional” foram por vezes esquecidas, mas que ele e as pessoas do sul vão reinstalar no coração de todos tais sentimentos. Além disso, Perochena (2016) diz que o presidente seguia enaltecendo o momento da guerra como um ato patriótico e a causa das Malvinas como sagrada e inquestionável.

Sei que para alguns, a Pátria termina em General Paz, para mim, termina nas Ilhas Malvinas, na Terra do Fogo, em Santa Cruz, nossa terra, este sul e leste ao norte de nossa amada Pátria.  
Queridos irmãos e irmãs, para nós em 2 de abril - e assim será para todos os argentinos - não é outra data. Sonhamos, acompanhamos nossos heróis, sofremos, machucamos e choramos tudo o que estava acontecendo conosco, mas também

---

<sup>26</sup> Quebra-gelo é uma espécie de navio feito com uma proa (frente) apropriada para romper as calotas polares. Dessa forma, é possível navegar em águas cobertas por gelo.

sempre nos lembramos desses patriotas com profundo amor cristão e argentino, hoje muitas vezes esquecidos, que foram e defenderam os interesses da Soberania Nacional, palavras tantas vezes esquecidas e que nós do sul vamos reinstalar no coração de todo o país. (Aplausos) Sou muito grato, Sr. Governador, Sr. Prefeito, por poder participar com todos vocês. Sinto mais uma da Terra do Fogo, sei que estou em minha casa (Aplausos) e conheço todas as mães, filhos, esposas e parentes que se lembram dos mortos nas Malvinas, que daqui a todos os povos da Terra do Fogo e O povo argentino os acompanha e sempre nos lembraremos deles. Nunca esqueceremos aqueles dias em que vieram lutar nas Malvinas, quando nos encontraram na Terra do Fogo, em Santa Cruz, em Chubut, e os patriotas que lutaram pela pátria nos abraçaram. Nunca poderemos esquecer e dizer às mães, filhos e esposas que eles sempre estarão em nossos corações e que o Governo da República Argentina se sente totalmente identificado com esses lutadores da Pátria, da Argentina, de nacionalidade, com esses lutadores que nos devolveram o orgulho de ser argentinos. Sempre nos lembraremos deles, sempre os valorizaremos e sempre os teremos em nossos corações. (NÉSTOR KIRCHNER, 2004)

Sendo então, um momento oportuno buscar o apelo popular que o recém-governo precisava. Em outra situação, numa nova oportunidade, o âmbito multilateral da ONU segue sendo um espaço para o presidente argentino buscar em ter a temática discutida entre os dois países envolvidos na controvérsia. Ele diz,

Os que não devem cair são os interesses nacionais, que no nosso caso em questões específicas, como a reivindicação soberana das Ilhas Malvinas, integram o conjunto de políticas estatais que todos devemos defender. Nesse mundo, a Argentina deve tentar ocupar um lugar com posição própria, sólida, criteriosa e digna. Esse lugar será sempre condicionado pelo seu peso específico, limitado não apenas pelo tamanho da nossa economia, mas também para a credibilidade e previsibilidade de seus atos. No entanto, na medida em que consolidamos um modelo nacional de desenvolvimento sustentável com equidade, no marco da democracia e do respeito aos direitos humanos, é possível uma integração digna.

Com a certeza de que a paz e o desenvolvimento podem se reforçar, tentamos integrar o mundo ao sustento em relações equilibradas, soberanas e independentes, destinadas a fortalecer a paz e a segurança com base no direito internacional, no multilateralismo, no respeito pelos direitos humanos, autodeterminação dos povos e defesa dos direitos humanos. (NÉSTOR KIRCHNER, 2004b)

Além disso, Berardi (2015) afirma que o chanceler Rafael Bielsa também reitera diante do comitê de descolonização da ONU, a necessidade de se dialogar sobre a controvérsia. E, não apenas isso, como também aproveitou o momento para denunciar diante do comitê as vendas de licenças para a exploração de recursos pesqueiros na região por parte dos *kelpers*. Dessa forma, além de toda questão no que tange a disputa do território, a Argentina seguia as ações unilaterais do Reino Unido na região.

E, além disso, outra característica da estratégia adotada pelo governo, em âmbito internacional, com relação à Questão Malvinas foi o endurecimento no tratamento da

administração com respeito à temática e os problemas vinculados a ela, como o incidente em março de 2004. A hipótese levantada por Berardi (2015) é de que a postura tinha como objetivo principal induzir o Reino Unido a ceder no diálogo com a Argentina para tratar sobre a disputa.

Enquanto externamente as relações com o Reino Unido iam se tornando mais complicadas, internamente Néstor Kirchner seguia fomentando o sentimento nacionalista por parte da população com relação às Malvinas e o conflito. Nas palavras de Perochena (2016) o presidente mantinha a linha dos discursos nacionalistas e exaltava a soberania nacional antes de qualquer coisa. Aliado a isso, intitulava os combatentes do confronto de “heróis das Malvinas” e não *chicos de la guerra*. Nesse momento, ele ainda os tirava da posição de vítimas da ditadura para colocá-los como heróis.

Os veteranos das Malvinas, como são informados; os meninos, como alguns tentaram contar, tentando diminuir a coragem, a luta e a consciência nacional que eles tinham lá em 1982 e que eu os vi chegar para o sul para lutar pela Pátria; o esquecimento permanente a que foram submetidos e a que a causa das Malvinas foi submetida com aquela famosa teoria que dizia que o coração da Pátria tinha que ser desmalvinizado, quando se tinha identidade nacional e a qualidade de saber qual é o ser nacional o significado da Guerra das Malvinas teria sido tomado com força total e aqueles que foram lá para lutar, que não foram à guerra por uma guerra, não foi servir um governo nacional em particular, mas foram servir a essa causa, nobre que é a causa da soberania nacional do país, da dignidade nacional. (NÉSTOR KIRCHNER, 2004c)

Segundo Gomez (2016), a política de endurecimento com relação ao governo britânico torna-se mais rígida no ano de 2005. Tal manobra acaba deixando as relações bilaterais entre a Argentina e o Reino Unido ficarem ainda mais tensionadas. Salienta-se que isso ocorreu porque o governo argentino resolveu suspender os voos do continente até as ilhas, criados a partir da interpretação britânica dos acordos de voos, em 1999. Toda a política de sedução construída na época do menemismo ia se desfazendo. E, mesmo que externamente as relações iam se complicando, no âmbito interno, a decisão do governo teve respaldo

O deputado Jorge Arguello (FPV - Buenos Aires), manifestou diante da decisão de denunciar os acordos de hidrocarbonetos “é uma decisão correta. A maioria dos acordos firmados na década de noventa não tem sido uteis e serviram somente para consolidar a situação de fato.” Para Arguello, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, “alguém pode se chatear, mas é mais irritante que a Grã-Bretanha siga relutante a acatar os termos da resolução 2065 das Nações Unidas que insiste para ambos os países a negociar a soberania das Malvinas”. (GOMEZ, 2016, p.11)



Posteriormente, nos meses de julho e dezembro, o impasse tornou-se ainda mais evidente na XXVII Reunião da Comissão de Pesca do Atlântico Sul que ambos os países fazem parte. Nas palavras de Berardi (2015) o governo britânico tinha o intuito de estender suas licenças para a pesca na região, o que causou recusa do governo argentino, nenhum acordo foi feito e a cooperação que existia até então foi afetada. Alguns dias após as reuniões de julho, internamente, Néstor Kirchner seguiu fazendo o uso político das Malvinas através de atos também. O presidente assina em 21 de julho de 2005 um decreto que conferia pensão honorária aos veteranos da guerra do Atlântico Sul.

Para nós - e não apenas por viver muito de perto -, mas por uma questão de convicção, como a do ministro e daqueles que hoje nos acompanham aqui, como Teresa, Malvinas é uma causa nacional, é uma causa de orgulho nacional. Além daqueles que circunstancial e historicamente tiveram que deter o poder na Argentina, porque aqueles que foram para as Malvinas, que lutaram nas Malvinas, que defendiam em condições, às vezes, um senso de soberania totalmente desfavorável, de dignidade nacional, é motivo de orgulho e é uma referência constante para todos os argentinos. Nós o reconhecemos permanente e profundamente lamentamos o esquecimento. (NÉSTOR KIRCHNER, 2005)

Durante a ocasião, o presidente segue exaltando a figura dos combatentes que foram à guerra lutar pela soberania nacional. Naquele momento, ele também aproveita para posicionar os governos da década de 1990, as gestões menemistas, como contrários à unidade nacional. A postura de Néstor Kirchner de acordo com Mearsheimer (2012) pela ideia de que no processo de criação do mito nacionalista, cada grupo em um determinado país que passe pela mesma situação tende a retratar o passado de forma favorável, seu próprio mito sagrado, e apresenta outros grupos nacionais como rivais, sob um prisma negativo. Logo, esse grupo nacional rival para a administração kirchnerista seria a era menemista que governou a Argentina nos anos 1990.

A partir de 2006, nas palavras de Perochena (2016) o discurso de Néstor Kirchner com relação às Malvinas muda de postura. Tal atitude é atribuí aos 30 anos da ditadura no país naquele ano, logo o presidente passa a encarar a guerra, não apenas como um ato heroico, mas também como um erro resultante de um governo ilegítimo. Atrelado a isso, estava também a política de Direitos Humanos que ia se tornando cada vez mais um pilar da sua gestão. Então, para não gerar uma mudança brusca em seus discursos, o mandatário seguiu exaltando a soberania nacional e o papel dos combatentes na guerra.

Em âmbito externo, o presidente Néstor Kirchner aproveita mais uma vez o âmbito multilateral da ONU para tentar estabelecer novamente um diálogo com o Reino Unido diante

dos últimos acontecimentos. Além disso, aproveitou o espaço da Assembleia Nacional da Venezuela, em 2006, para agradecer o apoio do país amigo em sua posição de reclamante ao *status quo* britânico. No entanto, tal esforço não teve resultado. Logo, uma prova disso é que, em 2006 e 2007, ambos os países se reúnem, mas eles não conseguem chegar a um consenso sobre o tema, segundo Berardi (2015). E, ainda assim o ministro Jorge Taiana, retomou as reivindicações por parte da Argentina com relação às licenças de pesca concedidas pelo governo britânico como um ato ilícito e unilateral. O reflexo desse clima de tensão entre os dois países acaba resultando no fim da Declaração Conjunta, de 1995, sobre exploração de recursos petrolíferos na área.

### **3.2 O uso das Malvinas durante os governos de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015)**

Após a saída de Néstor Kirchner, a sucessão fica nas mãos de Cristina Kirchner, sua esposa. A ex-senadora recebe a presidência do país num cenário totalmente diferente do que o seu marido recebeu em 2003. A popularidade de Néstor Kirchner estava alta e o ex-presidente conseguiu atuar em temáticas importantes que contribuíram para a melhora do país, como a economia. Nas palavras de Karanajova (2013) a restauração da economia nacional entre (2003-2007), impulsionada por uma demanda crescente de produtos agrícolas argentino no mercado mundial, também foi um dos fatores que ajudaram a somar na vitória de CFK. E, apesar de alguns problemas como: inflação, crise energética e outros Candeas (2017) afirma que a presidente recebe um país em franca expansão.

Sendo assim, o Estado-nação encontrava-se agora em um cenário favorável para que o projeto Kirchnerista continuasse no poder e funcionando. Dessa forma, como um governo de continuidade, a gestão de Cristina Fernandez de Kirchner precisava seguir utilizando as estratégias e mecanismo do governo anterior para reafirmar sua legitimidade perante a opinião pública. Pelo menos, com o uso do mito nacionalista em relação à causa das Malvinas seguiu como uma característica de seus mandatos.

Além disso, outro ponto que venha justificar o uso político das Malvinas para a segunda gestão kirchnerista reside no argumento de Vitale (2013) de que o cenário mais favorável estava para Néstor Kirchner, logo se esperava a reeleição dele. Sendo assim, apesar do cenário favorável para o kirchnerismo, CFK precisava necessariamente, provar ser capaz

de mostrar-se continuadora da gestão do seu marido. Aliado a isso, nesse espaço ela usaria dessa “fórmula do sucesso” para a construção de identidade própria.

Então, segundo Busso (2014) na continuidade da era Kirchner, a expectativa criada em cima do governo de CFK era que ela: cuidasse e diminuísse a taxa de desemprego, reforçasse o processo de industrialização, atendesse as questões nacionais e internacionais acerca dos credores que ficaram de fora das negociações sobre a dívida externa ocorridas no governo Néstor Kirchner e, fortalecer o posicionamento de uma política externa autônoma e voltada para a América Latina.

No discurso de ascensão, ela segue o modelo do marido. Além de ressaltar as conquistas do seu antecessor, ela apresenta o plano de governo, discorre sobre temáticas importantes, e revisita a questão nacionalista que envolve as Malvinas.

Também quero reafirmar, mais uma vez, nossa reivindicação inalienável e indeclinável de soberania sobre nossas Ilhas Malvinas e chamamos o país ocupante, que em todos os fóruns internacionais parece tão aberto e respeitoso, que há uma situação de enclave colonial aqui denunciada perante as Nações Unidas. E que é hora de voltar a cumprir o mandato daquelas mesmas Nações Unidas das quais todos fazemos parte. (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2007).

Ainda que o então governo já tivesse planos elaborados para a continuidade da era Kirchner, o conflito com o campo, definitivamente, não era um deles. Nas palavras de Retamozo e Trujillo (2019) apesar do cenário de crise em 2008, as *commodities* argentinas, principalmente a soja, estavam em expansão no mercado internacional. Em março do mesmo ano, os autores afirmaram que o governo anunciou a resolução 125 que dissertava sobre ajustes na retenção de impostos sobre os produtos agrícolas de acordo com o preço dos mesmos no comércio internacional, conhecido como “*retenciones móviles*”. Tal ato iniciou um dos grandes embates da administração de Cristina Kirchner, o conflito campo-governo, e logicamente, impactou de forma negativa na imagem da então presidência.

Segundo Candeas (2017) o conflito representou a primeira derrota do oficialismo kirchnerista. Além de travar um conflito com o campo, como consequência, a situação acabou trazendo a comoção de amplos setores da sociedade a favor dos produtores rurais. Sendo assim, o conflito acabou influenciando também em outro embate: o governo e o *Clarín*. E, dessa forma, a gestão de Cristina Kirchner sofreu uma queda na sua popularidade. De acordo com Catterberg e Palanza (2012) após dois meses de criado o conflito com relação à resolução 125, o Índice de Confiança no Governo (ICG), elaborado por Poliarquia Consultores e a

Universidade Torcuatto Di Tella mostra que a administração alcançou o ponto mais baixo chegando a 1,2. Além de afetar significativamente a imagem do governo, Busso (2014) afirma que tal fato ainda gerou um mal-estar interno já que o vice Julio Cobos provou ser a favor dos produtores rurais.

Logo, um dos primeiros atos em relação à questão das Malvinas e do uso político do tema não só no discurso, foi à ida dos familiares daqueles que lutaram na guerra para que fizessem uma visita a um cemitério que se encontra nas ilhas. A solicitação foi feita no primeiro dia do mês de março de 2008 em um discurso feito pela presidente diante do Congresso Nacional. E, posteriormente, em outubro, a visita foi feita. De acordo com Gomez (2016), a permissão foi concedida e isso foi visto como uma conquista tendo em vista as idas e vindas da relação entre os dois países, especialmente com a tensão criada no governo anterior e em relação à política interna argentina.

Antes da visita dos familiares as ilhas, em setembro de 2008, de acordo com Biangardi Delgado (2011) a presidente Cristina Kirchner, em seu discurso de abertura a Assembleia Geral da ONU, aproveitou a ocasião para reiterar a posição do país diante do tema.

“Eu creio senhoras e senhores que quem integra o Conselho de Segurança, que são as principais nações o mundo na defesa a liberdade, dos direitos humanos e da democracia deve dar testemunho concreto de que não somente é um discurso senão que está convencido e que é necessário terminar com essa vergonha que significa em pleno século XXI, um enclave colonial”, qualificando a Questão Malvinas como uma política de Estado para os argentinos e pedindo a Assembleia Geral sua colaboração “para incitar uma vez mais o Reino Unido a cumprir com as normativas de direito internacional e essencialmente dar o testemunho de que seriamente quer construir um mundo e uma cidadania diferente.” (BIANGARDI DELGADO, 2011, p.70 e 71).

Apesar do pedido da visita dos familiares as ilhas e as reiteradas contestações da Argentina, segundo Gomez (2016) e Berardi (2015) as relações seguiram tensas. Especialmente, pelas mesmas razões em situações anteriores, as licenças concedidas por parte do governo britânico para a exploração pesqueira e de hidrocarbonetos na região das ilhas, o que certamente incomodava o governo argentino. Sendo assim, Berardi (2015) afirma que os mecanismos de consulta e cooperação, como a Comissão de Pesca, permaneceram paralisados. Por outro lado, o impasse entre os países continuou e a Argentina seguiu contestando as licenças cedidas por parte da administração britânica para as águas circunvizinhas às ilhas, tanto para a atividade pesqueira quanto a exploração de hidrocarbonetos. Dessa forma, como resposta à postura do Reino Unido com relação à pesca,

o governo argentino decidiu promulgar a lei n.º 26.386 que endurecia as punições para as companhias que atuassem na Zona Econômica da Argentina sem a devida permissão.

Enquanto isso, no mesmo mês, em âmbito econômico, o governo também enfrentava dificuldades e complicava ainda mais a imagem diante da opinião pública. Nas palavras de Karanajova (2013) Buenos Aires anunciou a intenção em resolver a questão da dívida do país diante do Clube de Paris com o montante de US\$ 6,7 bilhões de dólares. Além disso, prometeu também pagar aos credores que em 2005 não aceitaram o acordo proposto por Néstor Kirchner, na época.

Ainda que a administração de CFK mostrasse esforço no tema Malvinas e em outras questões, o balanço do governo era negativo. O conflito com o setor agrário e posteriormente, com a mídia, especialmente o *Clarín*, agravaram a imagem negativa do governo perante a população. E, a *Concertación Plural*, criada para o mandato de Cristina Kirchner, de acordo com Retamozo e Trujillo (2019) acabou enfrentando instabilidade por haver desacordo com relação ao posicionamento oficial perante o conflito com o campo. Na política de Estado com relação às Malvinas, o saldo também era negativo, apesar das contestações argentinas e tentativas de estabelecer diálogo sobre o assunto. A soma de todos esses fatores desencadeou numa resposta clara nas eleições parlamentares de 2009: o kirchnerismo perdeu espaço.

Além disso, Catterberg e Palanza (2012) avaliam que diante de todo o cenário explanado anteriormente, o governo de Cristina Fernández de Kirchner viveu nos seus primeiros anos leves oscilações com relação à opinião pública sobre seu desempenho e ações

Durante o resto de 2008 e todo ano de 2009 produziram-se leves oscilações, com uma tendência negativa, experimentando um retrocesso de 16%. Ao finalizar 2009, os números eram contundentes: dois terços dos entrevistados desaprovavam a gestão do governo, e menos de dois de cada dez entrevistados avaliavam de forma positiva a situação do país. (CATTERBERG e PALANZA, 2012, p. 22)

Diante disso, governo optou em aplicar políticas que os aproximassem ainda mais com o povo e consequentemente mudasse a imagem do governo. Nas palavras de Simão (2013), em resposta as baixas sofridas pela coalizão kirchnerista e consequentemente o resultado das eleições parlamentares de 2009, o governo buscou promover políticas públicas que levassem a uma relação mais direta dele com os setores mais populares e os assalariados. É dessa forma que surge o decreto que implementa a *asignación universal por hijo*, em 2009 e posteriormente esse projeto será estendido as mulheres grávidas, em 2011. A *asignación* se aproxima a ideia da Bolsa-Família no Brasil. É um programa social voltado para transferência

de renda para aquelas famílias que estão em situação de desemprego, trabalho informal ou recebem abaixo da renda mínima e que possuem filhos de até 18 anos.

Por outro lado, ainda que o governo tenha dado início a ações para melhorar sua relação com a população, ao fim de 2009, mais uma decisão de CFK foi questionada. Ao retomar a questão da dívida externa, Karanajova (2013) diz que a presidente assinou um decreto no qual versava sobre o governo saldar a dívida com ouro e divisas do Banco Central. A justificativa utilizada foi de que não era do interesse da gestão em tomar empréstimo junto a outros países ou entidades e se endividar mais. A ação gerou um mal-estar entre a mandatária e o presidente do Banco Central até que o mesmo renunciou ao cargo e a chefe de Estado voltou retrocedeu com o decreto.

E, diante de todo o enfrentamento com os meios de comunicação, especialmente o *Clarín*, no fim de 2009, o governo cria a Lei de Meios que regulamentava sobre os serviços de comunicação audiovisual em todo país, além da democratização dos mesmos, conforme Karajanova (2013). Num claro movimento de atingir o Grupo Clarín que se tornou um dos propulsores da imagem negativa da administração kirchnerista.

E, com o cenário interno de idas e vindas do governo e seus enfrentamentos, externamente, no que diz respeito às Malvinas, o governo Fernández de Kirchner seguiu atuando em diversas frentes, tanto regionais quanto globais para advogar sobre o tema em questão. Tendo em vista que em âmbito bilateral, as coisas seguiam tensas, buscar apoio em organismos multilaterais foi uma opção.

Em declarações realizadas a imprensa, no dia 23 de setembro, o chanceler Jorge Taiana declarou, com base no discurso da presidente, que “evidentemente a luta diplomática para recuperar o exercício pleno da soberania sobre as Ilhas Malvinas, é uma luta que requer do concerto da comunidade internacional para que os britânicos finalmente se sentem para dialogar”. O Reino Unido é uma potência colonial por séculos e ainda hoje mantém em alguns casos essa posição. (Gomez, 2011, p.15)

Então, tal atuação, no sentido de receber apoio na comunidade internacional acabou gerando um resultado “positivo”. Pelo menos na região, de acordo com Gomez (2016), já em 2010, no âmbito da UNASUL, a presidente Cristina Kirchner assina uma Declaração Conjunta com os países membros para que de acordo com suas respectivas legislações, aplicassem todas as medidas possíveis para não receber nenhuma embarcação com bandeira ilegal do Reino Unido. Ainda mais, no mesmo ano, diante da Assembleia Geral da ONU, a mandatária anuncia vários pontos referentes às Malvinas, dentre eles a suspensão dos voos da

LANCHILE que saia do continente para as ilhas. Numa clara demonstração de endurecimento da política Argentina com relação à temática por conta das atividades unilaterais ainda exercidas por parte do Reino Unido e dos *kelpers*.

Ainda em 2010, ao menos em termos econômicos e sociais, a Argentina começa a mostrar sinais positivos. As autoras Catterberg e Palanza (2012) afirmam que depois dos momentos complicados de 2009 internamente e de recessão e crise mundial, no ano posterior, a economia cresceu em 9%. Para as autoras, esse fato se deu especialmente pelo incremento dos preços de produtos agrícolas, importante destacarem a soja, e a arrecadação “impositiva”. Aliado a isso, o impacto positivo da economia também gerou resultados bons na taxa de emprego, pobreza e de maneira mais branda, na distribuição de renda.

Ao fim desse mesmo ano, com os bons resultados que começava apresentar, o governo tem outro acontecimento que impacta o kirchnerismo diretamente: a morte de Néstor Kirchner. Tendo em vista todo o enfrentamento que marcou a gestão de CFK, com o setor agrário e posteriormente com a mídia, especialmente o Clarín, traziam a ideia de que a reeleição da então presidente não fosse acontecer. De acordo com Sidicaro (2011), o cenário ia se desenhando mais para uma volta de Néstor Kirchner, do que o seguimento da então mandatária.

No entanto, a morte do ex-presidente, além de mudar o cenário político, porque troca a candidatura oficialista, se torna mais um elemento para ser usado para legitimar o então governo. Sendo assim, além da “sacralização” da imagem de Néstor Kirchner por conta da sua morte, Cristina Kirchner também se utiliza dos mecanismos possíveis para favorecer o governo diante da opinião pública e a sua continuidade a frente do país. Logo, se reelege em 2011.

Por isso, eu creio que a melhor homenagem que podemos fazer a esses homens e mulheres no bicentenário, a 165 anos daquele gesto maravilhoso, é, precisamente, entender a necessidade da unidade nacional. Não como um objetivo declarativo, senão como um instrumento para alcançar definitivamente a construção de uma grande nação como sonharam Rosas, San Martín, Belgrano, Moreno, Castelli, Monteagudo, todos os homens e mulheres que lutaram por esses ideais.

Ele também (Néstor Kirchner), sim, ele também, ele e muitos outros mais, mais anônimos, menos reconhecidos, ele representando eles, mas tantos argentinos que deram suas vidas para viver em uma sociedade mais justa, mais livre, mais igualitária, mais democrática, mais de todos. Este monumento é para todos os argentinos e é de todos os argentinos. (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2010)

No então discurso em homenagem ao dia da Soberania Nacional, 20 de novembro, a mandatária aproveita a ocasião para colocar a imagem de Néstor Kirchner ao lado de heróis nacionais como San Martín e Rosas, faz o apelo a unidade nacional e volta a questionar sobre as Malvinas: “[...], entretanto, ficou escondido, intencionalmente durante dois séculos todas as lutas que se deram contra outros colonialismos que ainda restam como, por exemplo, em nossas Malvinas?” (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2010). Logo, a presidente vai dando continuidade a parte simbólica, para que isso fornecesse o respaldo interno, por parte do povo, as ações do governo de CFK. Então, o falecimento de um líder que deixou a presidência com bom apelo popular, pessoas que lutaram pela nação e por fim, a menção a causa das Malvinas, transparece como o uso político vem para favorecer a imagem e as ações da gestão.

A internalização de uma identidade coletiva cunhada por Oszlak (2004) aponta para esse mesmo objetivo, como capacidade estatal que opera através de símbolos e ritos que fundem individualidades em um único coletivo territorial e espiritual, portanto, possibilita o controle ideológico como mecanismo de dominação estatal. (SANCHEZ, 2013, p.1)

Em 2011, um ponto que marca a gestão de Cristina Kirchner foi a divergência com Hugo Moyano da CGT. Segundo Busso (2014) tal fato se deve às redefinições na estrutura de alianças com os sindicatos. Logo, os sindicatos a favor e contra o governo se posicionam e marca um ponto de diferença entre a administração dela e de Néstor Kirchner que mantinha essas organizações próximas.

Ainda assim, no âmbito externo, no que diz respeito às Malvinas, a questão das atividades econômicas e militares na região, especialmente a exploração de hidrocarbonetos, seguiu sendo motivo de contestação por parte da Argentina ao Reino Unido e de tensão entre os mesmos.<sup>27</sup> De acordo com Berardi (2015) o governo argentino seguiu contestando as ações britânicas na área e, ao fim de 2010, emitiu uma nota na qual condenava as ações britânicas na área ou as que ela permitia, e estendeu essa nota aos países que são a origem dessas empresas que exercem tais atividades no local. Como resultado disso, no início de 2011, o governo da

---

<sup>27</sup> Além disso, nas palavras de Gomez (2011) o chanceler argentino Héctor Timerman, recebeu em outubro de 2010 o presidente do Comitê de Descolonização da ONU Donatus Keith Saint Aimee e junto a eles estiveram o representante argentino na ONU, Jorge Arguello e em outro momento a presidente Cristina Kirchner. Na ocasião, o chanceler viu com bons olhos a visita do presidente e ainda ressaltou a oportunidade do evento tendo em vista que na mesma época a Grã-Bretanha anunciou o lançamento de mísseis desde a área das Malvinas. Então, a visita oficial seria interessante para que Donatus Keith conhecesse a vontade pacífica da Argentina em negociar de forma pacífica a disputa entre os países.



Argentina sancionou mais uma lei, a 26.659, na qual se fixava as condições para a exploração de hidrocarbonetos na plataforma continental argentina e previa sanções de incapacitação.

Por outro lado, em dezembro de 2011, a Argentina recebe o apoio por parte dos países da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) através de um Comunicado Especial reiterando os direitos do país latino com relação às Malvinas. Além de reafirmar a necessidade de ambos os países envolvidos na controvérsia em reativarem as negociações sobre o assunto no intuito de encontrarem uma solução justa e pacífica.

Bem como a CELAC, nas palavras de Gomez (2016) os países do MERCOSUL também expressaram apoio à Argentina. Parecido com o que ocorreu em 2010 no âmbito do UNASUL, os países do MERCOSUL, tendo em vista o Direito Internacional e suas respectivas legislações internas precisariam aplicar todas as medidas legalmente possíveis para impedir o ingresso de embarcações em seus portos que possuíssem a bandeira das Malvinas/Falklands. Dessa forma, impactando diretamente a vida daqueles que vivem nas ilhas.

Sendo assim, esse apoio vindo dos países da UNASUL, MERCOSUL e CELAC, remete a mentira ideal dita por Mearsheimer (2012) com relação ao mito nacionalista. No seu texto, o autor fala sobre o mito nacionalista na comunidade internacional para conquistar legitimidade nesse cenário. No entanto, para a Argentina, o alvo era a aceitabilidade dos seus argumentos sobre a temática por outros países. O ponto era ter o benefício de eles acreditarem que de fato as Ilhas e região pertencem aos argentinos e os britânicos entenderem que a contestação por parte da Argentina é legítima e outros países reconhecem isso. Logo, o Reino Unido deveria entender isso e sentar para dialogar.

No que diz respeito às questões econômicas, em 2012 a Argentina volta a ter dificuldades. Segundo Busso (2014), é a partir de então que o governo enfrenta problemas como déficit fiscal, baixo nível de inversões, dificuldade para manter o superávit comercial, diminuição das reservas e inflação. São alguns pontos, de ordem econômica, que prejudicam a imagem do governo de CFK. Dessa forma, a administração busca novamente, outros espaços que tocam no apelo popular e consequentemente influenciem na opinião pública.

Durante a Assembleia Geral da ONU, em 2012, a presidente tratou de mais uma vez reivindicar a questão das Malvinas. A mandatária volta a contestar por sua posição na qual os argentinos entendem que tem por direito e, além disso, segue contestando as atividades

econômicas na região. E, mais uma vez se dirige ao Reino Unido solicitando que o mesmo cumpra as resoluções da ONU e que ao menos estabeleça um diálogo.

No ano de 2013 vai completar 180 anos que nós argentinos fomos desalojados *manum militari* de nossas ilhas Malvinas, no próximo ano vai completar 30 anos de um episódio sobre o qual esteve o Reino Unido, cometido pela mais terrível ditadura da qual se tenha memória e a, qual também fomos vítimas os próprios argentinos. [...]

Por isso, acredito que instalar-se naquele episódio não é mais que outra de tantos álibis para não cumprir com as resoluções das Nações Unidas, e o que é pior, eu peço a todos que se olhem no espelho de um mundo que são necessários recursos naturais e ver como hoje nossos recursos naturais pesqueiros e petroleiros são subtraídos e obtidos ilegalmente por quem não tem nenhum direito. (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2012).

No entanto, de acordo com Perochena (2016) a relação entre a Argentina e o Reino Unido passou por mais um momento de desconforto. Tal situação se deu por conta do aniversário do conflito naquele ano e o primeiro-ministro britânico Cameron, afirmou que a Argentina violou os direitos dos ilhéus. E, no mesmo evento, o primeiro-ministro aproveitou para anunciar o referendo para manter seu status como território britânico ou não. Tal consulta ocorreria no ano seguinte e teria como base no princípio da autodeterminação dos povos, previsto na carta da ONU. Então, em Ushuaia, durante a comemoração argentina pelo mesmo motivo, a presidente também se pronunciou

Essa verdade que revela que não foi uma decisão do povo argentino em 2 de abril, que nem mesmo a tentativa válida de exercer soberania e rejeitar o colonialismo estava por trás disso, mas apenas uma tentativa do que os políticos costumam nos acusar de que é perpetuar-se no poder. [...] Memória e verdade, é, fundamentalmente, que a cortina que o Reino Unido pretende fazer acreditar é descartada, que essa decisão foi uma decisão do povo argentino. (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2012).

Além disso, a presidente Fernández de Kirchner também aproveita a ocasião para condenar as declarações do governo britânico afirmando que "a última justificativa de algo cada vez mais absurdo, mais implausível aos olhos do mundo" e fez questão de ressaltar que "a República Argentina, por decisão política do presidente Nestor Kirchner e esta Presidente "seguiram as etapas de" transformar os direitos humanos em um dos pilares das políticas do Estado" (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2012). Junto a isso, aproveitou para "desclassificar" o Relatório Rattenbach e buscar a verdade sobre os acontecimentos durante o

conflito das Malvinas.<sup>28</sup> O referendo ocorre e como o esperado, a população optou por manter o status de território britânico.

Além disso, ainda nesse mesmo ano, Perochena (2016) afirma que incorpora a guerra de 1982 na genealogia de batalhas do século, numa clara tentativa de articular a tradição nacionalista. E, adicione-se a isso, fomentar a curiosidade nacional em torno do tema em entendê-lo e alimentar ainda mais as razões pelas quais os argentinos acreditam ter a região das ilhas como parte do seu território. Ao passo que resolve outras questões em outros setores do governo.

Por outro lado, o governo de Cristina Kirchner continua enfrentando dificuldades. De acordo com Simão (2013) as taxas de empregos informais passaram a oscilar entre 35% e 40%, além de uma leve diminuição na população economicamente ativa. Dessa forma, diante de tais resultados, é interessante manter a imagem de um governo que luta pela unidade nacional, pelo povo e que segue lutando por isso. Então, no aniversário do conflito, em 2013, a presidente usa o espaço da comemoração para reiterar suas reivindicações com relação ao tema e a “convidar” os britânicos para o diálogo.

Já em 2014, ocorre um “giro” nas políticas públicas do governo kirchnerista. De acordo com Simão (2013) a desvalorização e a negociação de aumentos salariais de acordo com a inflação foram medidas que afetaram diretamente aos setores assalariados da classe média e popular. Por outro lado, mais uma vez, a negociação da dívida externa do país marcou esse ano da administração. Dito isso, vale lembrar que a negociação da dívida vem desde o governo de Néstor Kirchner, no entanto, alguns não aceitaram a primeira proposta e a temática se arrastou até o governo de CFK. Então, ao voltar a tentar negociar, os desacordos, idas e vindas acabam fazendo com que o país entre em uma batalha judicial. Por isso, nas palavras de Bueno (2014), a presidente usa o espaço do ato pelo Dia da Bandeira realizado na cidade de Rosário, dia 20 de junho, para reafirmar a vontade do país em resolver a questão da dívida externa.

No que diz respeito às Malvinas, alguns dias antes do ato pelo Dia da Bandeira, Cristina Kirchner, por ordem própria, em 10 de junho, dia da Afirmação sobre os Direitos Argentinos sobre as Malvinas, instala na Escola de Mecânica Armada (ESMA), local que foi

---

<sup>28</sup> Relatório Rattenbach foi feito ainda na época da ditadura militar através da Comissão de Análise e Avaliação das Responsabilidades Políticas e Estratégicas Militares no Conflito do Atlântico Sul.

símbolo de tortura durante a ditadura no país, o Museu das Malvinas. Tais gestos se enquadram nos argumentos de Sánchez (2013) exposto anteriormente e Mearsheimer (2012) na criação do mito nacionalista, uma atualização do que ocorreu, agrega, se possíveis novas informações que surgem sobre o passado, e segue fomentando a memória nacional.

Nações continuamente difundem seus mitos fundamentais porque a maioria dos indivíduos do grupo necessita dessas histórias para dar sentido a sua própria identidade, e, porque os mitos promovem a solidariedade do grupo. Assim, pode-se dizer que a mitificação nacionalista ocorre o tempo todo. Naturalmente, essas histórias têm de ser atualizadas ao longo do tempo, conforme novas informações sobre o passado emergem, e novos mitos precisam ser criados para lidar com novos episódios significativos na história da nação. (MEARSHEIMER, 2012, p.106)

Para Perochena (2016), a figura do museu se converteu em uma reivindicação (material) da soberania sobre as ilhas. Além de todas as reivindicações diante de organismos multilaterais como a ONU, apoio de países, como os do Mercosul e CELAC, o museu é a concretização daquilo que os argentinos vêm reafirmando durante anos. E, a autora ainda acrescenta que no relato museográfico argentino sobre a guerra e as Malvinas, o principal inimigo está encarnado como a Grã-Bretanha.

Tal contextualização remete a uma das mentiras ideais elencadas por Mearsheimer (2012) na qual ele cita a Difusão do Medo. No entanto, para o caso da Argentina, não há uma criação de inimigo. Nessa situação, há uma reafirmação para um inimigo que já é conhecido pelo povo e por tais motivos. Internamente, os britânicos não representam uma ameaça para o governo da mesma maneira que disserta Mearsheimer (2012) em seu texto, mas a figura do inimigo é usada para justificar as ações do governo perante a temática e, também, manter o apoio popular apesar dos momentos de idas e vindas que está passando.

Como disserta Sánchez (2013) em seu texto sobre memória e Malvinas, a presença do elemento “nação”, está presente no discurso e na prática política desde o retorno da democracia. Por isso, é possível visualizar a “nação”, “soberania nacional”, “unidade nacional”, presente em vários momentos da era Kirchner. Ainda que a administração Kirchnerista estivesse enfrentando algum problema, seja no âmbito econômico, social, político ou até mesmo na relação com o Reino Unido, as Malvinas são pauta do governo.

Talvez, por ser uma causa recente e que ainda esteja presente no imaginário popular, a Questão Malvinas, que automaticamente carrega o apelo nacional é por diversas vezes utilizada porque as forças políticas têm a consciência que isso pode trazer a legitimidade,

melhor avaliação da opinião pública sobre o governo diante do povo. Da mesma forma, que Mearsheimer (2012) também acredita que o mito nacionalista, o nacional traz essa legitimidade. Ainda, Sánchez (2013) acredita que a temática sobre as Malvinas seriam então a problemática que na Argentina moderna, envolvendo o Estado, pode unir, até mesmo divisões políticas opostas numa mesma posição.

Dessa forma, entende-se o interesse e as estratégias do governo de Cristina Kirchner em construir o mito nacionalista. Sendo assim, a causa nacional das Malvinas surge como um elemento que ajuda a solidificar o sentimento de unidade, coletivo que havia sido perdido diante do cenário anterior a era Kirchner. Então, as Malvinas vêm a ser cultivada com maior frequência na vida da população, seja por discursos em organismos multilaterais ou em eventos no país, em eventos comemorativos relacionados ao tema e até mesmo de forma sólida como o Museu das Malvinas instalado no governo CFK. Os governos kirchneristas foram marcados por distintas situações que podiam comprometer seus mandatos, por isso, se fazia necessário usar mecanismos que favorecessem sua legitimidade e os permitissem finalizar o mandato.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar o uso político das Malvinas durante os governos de Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner. Tendo em vista o estilo populista de governar, de estarem ambos posicionados à esquerda do peronismo, de governarem com estratégias de transversalidade ou *Concertación plural*, os Kirchners tiveram uma atuação diferente dos governos anteriores e constantemente suas ações reafirmavam tal fato.

Ao assumir a presidência em 2003, Néstor Kirchner encontra o país numa situação de crise política, econômica e social onde a crença nos partidos políticos como locais de representação do povo estava abalada e, boa parte da população já vivia de forma limitada. Sendo assim, como os líderes anteriores, ele também chega com a missão de reverter esse quadro. No entanto, com a desistência de Carlos Menem, seu adversário no segundo turno, NK chega à liderança do país com capital limitado. Logo, ele precisa contar com estratégias que fortaleçam a sua governabilidade, dentre elas estaria à criação do mito nacionalista, segundo Mearsheimer (2012). Com uma política mais incisiva e dura, se comparado com o governo anterior, Néstor Kirchner busca abrir um diálogo com o Reino Unido para a discussão do tema seja em âmbito multilateral ou bilateral e ao mesmo tempo fortalece a presença das Malvinas no discurso político interno.

Néstor Kirchner finaliza seu mandato com grande aclamação popular. A mesma que garante a eleição de sua sucessora, Cristina Fernández de Kirchner. A mandatária fica no cargo durante duas gestões e ascende com a missão de dar continuidade ao projeto político de sucesso iniciado por seu marido. No entanto, ela se destaca por possuir um estilo de governar distinto dele e por enfrentar situações distintas das de NK, que fazem com que as gestões dela se desenhem de maneira diferente, exceto pelo fomento a memória nacional para fazer uso político do sentimento de nacionalismo.

Inicialmente, CFK enfrenta a crise de 2008, além do conflito com o setor agrário, o qual toma parte da atenção da administração dela nos primeiros meses de governo. Além disso, inicia um embate entre governo e os meios de comunicação, especialmente o grupo *Clarín*, que até então era apoiador do casal. Além do mais, tem a missão de continuar a aplicar as políticas econômicas necessárias para o êxito do país e dar prosseguimento a renegociação da dívida externa com os credores que não estiveram dentro do acordo feito ainda na gestão de NK.

Em 2010, apesar de triste, um fato auxilia na popularidade da então presidente, a morte de seu companheiro, Néstor Kirchner. E partir daí, CFK precisa demonstrar a população que tem capacidade de seguir governando independente da presença de seu marido. E assim como na primeira gestão, a segunda também encontra percalços que fazem com que a presidente utilize-se de estratégias para aumentar a sua legitimidade, como a questão das Malvinas.

Cristina Kirchner fomenta a memória nacional não só em discursos, mas em projetos. Dessa forma, personifica o argumento de Sanchez (2013) onde ele diz que a atual construção social das Malvinas se faz presente na vida cotidiana dos argentinos também através de artefatos, explica-se aqui a fundação do museu dedicado às Malvinas no prédio da ESMA.

Deste modo, conclui-se que em ambas as administrações, as Malvinas foram utilizadas para obter legitimidade diante da população. Com o avançar do tempo e diante das questões enfrentadas, a criação do mito nacionalista descrito por Mearsheimer (2012) era por vezes utilizado com informações que se somariam a causa. Por questões internas e externas, a política para a temática das Malvinas foi incisiva e buscou sempre questionar a soberania britânica sobre a área para que de alguma forma o diálogo sobre o tema pudesse retornar e os países pudessem chegar a um consenso do que melhor ser feito. Se por um lado Néstor e Cristina Kirchner buscavam apoio em organismos multilaterais como a ONU, UNASUL e CELAC, por exemplo, para que a temática voltasse à mesa de negociação dos envolvidos no conflito, por outro lado mantinham um discurso duro com relação ao Reino Unido. E, nesse meio tempo, internamente, sempre que podiam desde momentos de dificuldades do governo até de aceitação pública, a história nacional era revivida de alguma forma. No entanto, apesar das tentativas, o domínio segue sendo britânico e nenhum esforço ou discurso feito mudou tal situação.

## REFERÊNCIAS

- ABOY CARLÉS, Gerardo (2001). **Las dos fronteras de la democracia argentina: la reformulación de las identidades políticas, de Alfonsín a Menem**. Buenos Aires: Homo Sapiens.
- ARGENTINA. Presidente (2003-2007: Néstor Kirchner). **Discurso de Ascensão à Presidência**. Buenos Aires, 25 maio 2003. Disponível em: <https://www.cfkargentina.com/discurso-de-asuncion-del-presidente-nestor-kirchner-a-la-asamblea-legislativa-el-25-de-mayo-del-2003/>. Acesso em: 20 de jan. 2020.
- ARQUIVO GERAL DA NAÇÃO. Buenos Aires, 2019. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/174deg-aniversario-de-la-batalla-de-vuelta-de-obligado-que-documentos-existen-en-el-archivo>. Acesso em: 02 mar. 2020.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Brasil, Argentina e América do Sul. **Estudos Avançados**, v.19, n.55, p.65-74, 2005.
- BERARDI, Lilián. La cuestión Malvinas en las políticas exteriores del gobierno de Néstor Kirchner y Cristina Fernández. Un estudio más allá de la soberanía. **Observatório de Política Exterior Argentina**, n.14, p.1-15, 2015.
- BIANGARGI DELGADO, Carlos Alberto. **CUESTIÓN MALVINAS Atlántico Sur Plataforma Continental y Antártida: Propuesta para la construcción de una Política de Estado**. 2011.314p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2011.
- BUSSO, Anabella. Los vaivenes de La política exterior argentina re-democratizada (1983-2013). Reflexiones sobre el impacto de los condicionantes internos. **Estudios Internacionales**, Santiago, v.46, n.177, p.9-33, jan./abril 2014.
- BUENO, María del Pilar. Política Exterior Argentina: el renovado desafio de la autonomia. **Cadernos de Tempo Presente**, São Cristóvão, n. 24, p.3-37, jun.-jul, 2016.
- CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina. História de uma ideia na “visão do outro”**. 2ªed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2017.
- CASULLO, María Esperanza. Argentina: del bipartidismo a la democracia peronista. **Nueva Sociedad**, n.258, jul./ago. 2015.



CATTERBERG, Gabriela; PALANZA, Valeria. Argentina: Dispersión de la oposición y el auge de Cristina Fernández de Kirchner. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v.32, n.1, p.3-30, 2012.

CAÑARDO, Hernando V. Análisis histórico, jurídico y político de la cuestión de las Islas Malvinas y del Atlántico Sur. In: PUNTE, Roberto. (Coord.). Anuario del Centro de Derecho Constitucional. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Educa, 2017. P.79-222.

CESCEM EM CORRIENTES. Disponível em: <http://www.cescem.org.ar/index.html>. Acesso em: 02 mar.2020

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos, et al. Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina. 2000.

CISNEROS, André; ESCUDÉ, Carlos. Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina. Buenos Aires: Nuevo Hacer. Centro de Estudios de Política Exterior Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI). 1998-2003\.. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/historia.html>

CICCONI, Carlos Sebastián. Malvinas: “Doce de Leite estilo colonial”. In: Anônimo. Malvinas na Universidade: concurso de ensaios. Buenos Aires: Ministério da Educação da Nação, 2012. p. 95-116.

CORIGLIANO, Francisco. La política latinoamericana de Kirchner. **Criterio**, Ano 77, n. 2300, dez. 2004.

COCONI, Luciana. *Ilhas Malvinas o Falkland Islands? La cuestión de la soberanía sobre las islas del Atlántico Sur*. Buenos Aires, 2012.

COGGIOLA, Osvaldo. A outra guerra do fim do mundo. As Malvinas e “Redemocratização” da América do Sul. **Aurora**, Marília, v.5, n.2, p.169-246, jan./jun. 2012.

CUNHA, André Moreira; FERRARI, Andrés. A Argentina depois da conversibilidade: um caso de novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, v.29, n.1 (113),p. 3-23, jan./mar.2009.

DABAT, Alejandro. El rumbo de la economía argentina bajo el kirchnerismo. **Journal of Economic Literature**, v.9, n.26, p. 43-67, 2012.

DANELON, Bruno. Rupturas y continuidades em el discurso kirchnerista. (2003-2013). Em: GARCÍA SIGMAN, Luís Ignacio. **Cambio o continuidad? 15 miradas sobre los gobiernos de Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner**. 1ª Ed. Buenos Aires: Universidad de Belgrano, 2015.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia Presidencial**. 1ªed. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1999.

DIAS, Eduardo Covalsky. **MIDIATIZAÇÃO DA POLÍTICA NA ARGENTINA: Governo Kirchner versus Grupo Clarín e as transformações midiáticas e políticas no contexto de aplicação da Lei de Meios Audiovisuais**. 2015. 166f. Dissertação (Mestre em Comunicação), Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

DI TELLA, Torcuatto. **História social da Argentina contemporânea**. 2.a ed. Brasília: FUNAG, 2017.

ESCUDE, Carlos. El Estado parasitario: ciclos de vaciamento, clase política delictiva y colapso de la política exterior. Buenos Aires, 2005.

ESCUDE, Carlos. **La Argentina vs. Las grandes potencias. El precio del desafío**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1992.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. Discurso de posse proferido à Assembleia Legislativa argentina. Buenos Aires, Congreso de la Nación Argentina, 10 dez. 2007.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. Discurso na cerimônia no Dia da Soberania. San Pedro, 20 nov. 2011.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. Discurso no 30º aniversário das Malvinas, Ushuaia, 2 abr. 2012

GARCÍA SIGMAN, Luís Ignacio. **Cambio o continuidad? 15 miradas sobre los gobiernos de Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner**. 1ª Ed. Buenos Aires: Universidad de Belgrano, 2015.

GOMEZ, Federico Martín. El gobierno de Cristina Fernández y su política exterior hacia la Cuestión Malvinas. La profundización de un modelo heredado. In: Congreso Nacional de Ciencia Política, organizado por la Sociedad Argentina de Análisis Político y la Universidad Católica de Córdoba, 10, 2011, Córdoba, UNLP, 2011. 1-33.

GOMEZ, Federico Martín. **La construcción de Malvinas durante el Kirchnerismo. Caleidoscopio de posiciones políticas e intelectuales sobre la Cuestión.** In: Congreso de Relaciones Internacionales, 8, 2016, La Plata: Instituto de Relaciones Internacionales (UNLP), 2016. 1-34.

GOSENDE, Héctor Eduardo. Modelos de política exterior argentina: alternativas para salir del modelo conservador menemista. 1ªed. Buenos Aires: Libros de Tierra Firme, 2007.

GUTIÉRREZ BRÓNDOLLO, Ignacio. **Malvinas: la política exterior argentina 2003-2011.** 2013. 204p. Tese. Universidad Abierta Interamericana, Buenos Aires, 2013.

KARAJÁNOVA. Resultados del gobierno de Cristina Fernández de Kirchner en Argentina (2007-2011). Iberoamérica, n.1, p.81-100, 2013.

KIRCHNER, Néstor. Discurso de posse proferido à Assembleia Legislativa argentina. Buenos Aires, Congreso de la Nación Argentina, 25 mai. 2003.

KIRCHNER, Néstor. Discurso proferido na 11ª Assembleia Geral da ONU. Nova York, ONU, 25 set. 2003c.

KIRCHNER, Néstor. Discurso proferido no ato de celebração do 91º aniversário da Força Aérea na Escola Militar de Aviação. Córdoba, 8 de ago. 2003b

KIRCHNER, Néstor. Discurso proferido na comemoração do XXII aniversário do ato das Malvinas em Rio Grande, 02 abr. 2004.

KIRCHNER, Néstor. Discurso proferido na 59ª Assembleia Geral da ONU. Nova York, ONU, 21 set. 2004 b.

KIRCHNER, Néstor. Discurso proferido aos veteranos da guerra das Malvinas na Casa do Governo. 5 out. 2004c.

LOPEZ ZULUAGA, Ruben Dario. Las Malvinas ante el Derecho Internacional. Parte 1. Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas, [S.l.], n. 60, p. 41 - 70, nov. 2015.

MAFFEO, Aníbal José. Negociaciones por Malvinas: continuidades y quiebres. **Relaciones Internacionales**, n.23, 2002.

MALAMUD, Andrés; DE LUCA, Miguel. Argentina: Turbulencia Económica, Polarización Social y Realineamiento Político. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v.30, n.2, p.173-189, 2010.

MALAMUD, Andrés. Ni mucho gobierno de la opinión ni mucho regreso de la voluntad. Bipartidismo recargado. Em: **La política en tiempos de los Kirchner**, coord. Andrés Malamud y Miguel de Luca. Buenos Aires: Eudeba, 2011.

MAURO, Sebastian. Transformaciones en la dinâmica política argentina. La ciudad de Buenos Aires: marginación partidaria y vitalidad del espacio público. **Anuario Americanista Europeo**, n.9, p.1-23. 2011.

MAURO, Sebastian. Transformaciones en la política argentina. La conformación del peronismo no kirchnerista como coalición partidaria nacional (2005-2009). México (DF), **Revista de Investigación Social**, Ano III, n.12, p.09-38. 2011.

MEARSHEIMER, John J. Por que os líderes mentem: toda a verdade sobre as mentiras na política internacional. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MIRANDA, Roberto. DES-INSERCIÓN ARGENTINA. LAS POLÍTICAS EXTERIORES DE MENEM Y KIRCHNER. **Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública**, Santiago, v.10, n.17, p. 85-103, dez. 2012.

MOCCA, Eduardo. O futuro incerto dos partidos políticos argentinos. **Estudos Avançados**, v.19, n.55, p.49-63. 2005.

MONTERO, Ana Soledad; VINCENT, Lucía. Del “peronismo impuro” al “kirchnerismo puro”: la construcción de una nueva identidad política durante la presidência de Néstor Kirchner en Argentina (2003-2007). **POST Data**, Ano 18, n.1, p.123-157. Abr. 2013.

MOREIRA, Carlos; BARBOSA, Sebastian. El Kirchnerismo en Argentina: origen, apogeo y crisis, su construcción de poder y forma de gobernar. Goiânia, **Sociedade e Cultura**, v.3, n.2, p.193-200. Jul./Dez. 2010.

NATALUCCI, Ana; SCHUTTENBERG, Mauricio. Pensar el kirchnerismo: un estado del arte de los estudios sobre movimentismo e identidades nacional-populares. In: SCHUTTENBERG, Maurício; VIGUERA, Aníbal; RETAMOZO, Martín. Peronismos, izquierdas y organizaciones populares. Movimientos e identidades políticas en la Argentina contemporânea. La Plata: EDLP, 2013.

NEUTZLING JR., João. Argentina: crise e ressurreição. Porto Alegre, **Análise**, v.19, n.1, p.04-27, jan./jun. 2008.

ORSO, Javier Alejandro. La distinción entre cuestión y problemas sobre Malvinas como herramienta para la comprensión de la política exterior argentina (1960-2010). Departamento de Malvinas, Antártida e Islas del Atlántico Sur, Instituto de Relaciones Internacionales. abr. 2011.

PEROCHENA, Camila. Una memoria incómoda. La guerra Malvinas en los gobiernos kirchneristas (2003-2015). **Anuario de Historia Regional y de las Fronteras**, Bucaramanga, v.21, n.2, p.173-191, 2016.

RETAMOZO, Martín; MUÑOZ, M. A. Kirchnerismo y hegemonía. Política y gobierno. In: Peronismos, izquierdas y organizaciones populares. La Plata, EDULP, La Plata, 2013.

RETAMOZO, Martín; TRUJILLO, Lucía. El kirchnerismo y SUS estrategias políticas en Argentina: desde la transversalidad hasta Unidad Ciudadana. Santiago, **Revista Izquierdas**, v.42, p. 185-214, fev. 2019.

RESOLUÇÃO 2065(XX) Questão das Falklands Islands (Malvinas). Disponível em: <https://documents-ddsny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/218/28/IMG/NR021828.pdf?OpenElement>

ROCCA RIVAROLLA, María Dolores. “De Néstor y Cristina. De Perón y Evita”. Reflexiones sobre lo acontecido con la militancia kirchnerista y la identidad peronista desde 2003 hasta hoy. Buenos Aires, **Revista SAAP**, v.9, n.1, p.143-172. mai. 2015.

SÁNCHEZ, Leandro. “*Terrae incognitae*, comunidad imaginada... Malvinas”. **Cuestiones de Sociología**, La Plata, n.9, 2013. Disponível em: <<https://www.cuestionessociologia.fahce.unlp.edu.ar/article/view/CSn09a40/4522>> Acesso em: 16 de fev. 2020.

SANTOS, Eduardo dos. **Entre o Beagle e as Malvinas: conflito e diplomacia na América do Sul**. Brasília: FUNAG, 2016.

SIDICARO, Ricardo. El partido peronista y los gobiernos kirchneristas. **Nueva Sociedad**, n.234, jul./ago. 2011.

SILVA, Maurineide Alvez da. **Trinta e três anos de guerra: Malvinas e o embate entre intelectuais, veteranos, familiares de caídos e narrativas fílmicas no campo da construção de memórias (1982-2015)**. 2016. 348f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SILVA, Roberta Rodrigues Marques da. A Argentina entre as reformas econômicas neoliberais e a redefinição das negociações com o FMI (1989-2007). **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v.17, n.33, p.13-37, jun. 2009.

SILVA, Roberta Rodrigues Marques da. As Relações entre o Governo Cristina Fernández De Kirchner e os Produtores Rurais na Argentina (2007-2011). **Ponto de Vista**, n.2, p.1-23, fev. 2013.

SILVA, Vera Lucia Corrêa da. **A Política Externa Argentina (PEA) durante os governos justicialistas (Menem, Duhalde e Kirchner) e as relações com o Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – GOVERNANÇA GLOBAL E NOVOS ATORES, 3, 2011, São Paulo: ABRI, 2011.

SILVA, Vera Lucia Correa da. O estilo K na política externa argentina e o governo de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011). **Meridiano 47**, v. 13, n. 129, p. 17-27, jan/fev, 2012

SIMÃO, Marcelo Souto. La emergencia del kirchnerismo como clivaje político. In: Sociedad Argentina: Transformaciones y Actores. Doutorado da Universidad Torcuato di Tella, 2013.

SIMONOFF, Alejandro. La Argentina y el mundo frente al bicentenario de la Revolución de Mayo: Las relaciones exteriores argentinas desde la secesión de España hasta la actualidad. La Plata: EDULP, 2010.

SOUROUJON, Gastón. La relación entre la lógica religiosa y lo político en las democracias liberales. La sacralización política de Néstor Kirchner. **Reflexión Política**, Bucaramanga, v.18, n.35, p.16-27, jun. 2016.

VADELL, Javier Alberto. A Política Internacional, a Conjuntura Econômica e a Argentina de Néstor Kirchner. **Revista Brasileira de Política Internacional**. n.49, v.1, p.194-214, 2006.

VARESI, Gastón Ángel. El “conflicto del campo” de 2008 en Argentina: Hegemonía, acumulación y territorio. **Geograficando**, La Plata, v.10, n.2, p. 1-19, 2014.

VARESI, Gastón. La construcción de la hegemonía kirchnerista en Argentina (2003-2007). **Temas y debates 28**, Rosário, ano 18, p. 57-80, 2014.

VALÉRIO, Marco Aurélio Gumieri; HENTZ; Luiz Antônio Soares. Islas Malvinas versus Falkands Islands. **Revista de Informação Legislativa**, Ano 50, n.198, abr./jun. 2013.

VILLULLA, Juan Manuel. Apuntes críticos para el debate sobre el conflicto agrário de 2008. In: Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales, 6, 2009, Buenos Aires, p. 1-23, 2009.

VITALE, María Alejandra. Êthos y legitimación política en los discursos de asunción de la presidente argentina Cristina Fernández de Kirchner. **Icono 14**, v. 11, n.1, p.5-25, 2013.